

## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Antonio Brand: A garantia do direito à diferença

PÁGINA 08 | Aloir Pacini: “Ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade”

PÁGINA 12 | Egon Heck: O sentido da vida: primeira e grande lição dos índios ao homem branco

PÁGINA 15 | Roberto Liebgott e Iara Bonin: Como entender a cultura indígena e suas transformações?

PÁGINA 20 | Maucir Pauletti: “Os direitos dos índios são direitos de papel”

PÁGINA 22 | Paula Caleffi: “O índio é um sujeito que foi vitimado pelo processo colonial, o que não o inviabiliza de ser sujeito”

PÁGINA 24 | Sydney Possuelo: Índio e “homem branco”: duas humanidades diferentes que se encontraram em determinado tempo e espaço

PÁGINA 26 | Wellington Gomes Figueiredo: Esperança? Só quando alguém nutrir respeito pelo que é humano

PÁGINA 26 | Pedro Ignácio Schmitz: Lição dos índios: sobrevivência é o princípio de qualquer cultura

PÁGINA 30 | Jairo Rogge: O resgate da cultura material confirma a diversidade cultural e étnica indígena

### B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 34 | Wilson Cano: Medo da inflação eleva taxa de juros

» Filme da Semana

PÁGINA 36 | *A família Savage*, de Tamara Jenkins

» Invenção

PÁGINA 38 | Paulo Ferraz

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 42 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 45 | Solon Eduardo Annes Viola: A força dos movimentos sociais na luta por direitos humanos e democracia no Brasil

PÁGINA 47 | Celso Candido de Azambuja: Transumanismo e tecnologia molecular

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Anna Carolina Regner



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## A garantia do direito à diferença

Na história do país, as leis relativas aos direitos indígenas foram cumpridas apenas enquanto interessavam às elites brasileiras, afirma Antonio Brand

POR GRAZIELA WOLFART

**P**ara o antropólogo Antonio Brand, “desde 1988, estamos buscando superar as profundas marcas que ficaram dos 500 anos de política indigenista voltada para a integração dos povos indígenas”, sendo que essa “integração” é entendida como a “desintegração dos povos indígenas”. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele acredita que “há um largo caminho a ser percorrido para que possamos falar em respeito à diferença e em interculturalidade, pois não há como falar em respeito à diferença enquanto seguimos atropelando os direitos indígenas, em especial o direito à terra”. E dispara: “Os conflitos pela terra e o empenho das elites econômicas e políticas e do próprio judiciário em dificultar a demarcação das terras indígenas, ao total arrepio das leis e recorrendo a argumentos próprios das ditaduras reacionárias, não podem ser dissociados da questão de fundo da superação da sociodiversidade”. Antonio Brand é graduado em História, pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Tem doutorado na mesma área, pela PUCRS. É professor da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, MS, onde desenvolve diversos projetos de pesquisa na área de História, com ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, território, população Kaiowá-Guarani e sustentabilidade.

**IHU On-Line - Para o senhor, o que é ser índio brasileiro hoje? Quais são os principais dilemas dos povos indígenas atuais?**

**Antonio Brand** - Para compreender essa questão, é importante lembrar que desde 1988 estamos buscando superar as profundas marcas que ficaram dos 500 anos de política indigenista voltada para a integração dos povos indígenas, entendendo-se essa integração como superação da distintividade étnica. Ou, em outras palavras, a integração enquanto desintegração dos povos indígenas. A Constituição de 1988, pela primeira vez na história brasileira, reconhece aos índios o direito de seguirem sendo o que são, povos etnicamente diferenciados, cabendo ao Estado não mais legislar sobre a sua integração, mas garantir-lhes o direito à diferença. A incorporação dessa novidade no texto constitucional de 1988 foi resultado de uma in-

tenso mobilização dos próprios povos indígenas. No entanto, passados 20 anos, está cada vez mais claro que a elite econômica brasileira, os políticos dos diversos partidos, o próprio judiciário e, especialmente, os militares, não concordam com essa mudança e vem mostrando claramente sua firme disposição em não cumprir o que está previsto na constituição. Assistimos, nos últimos dias, à plena retomada de velhas bandeiras da ditadura militar, buscando caracterizar a demarcação de terras indígenas em algumas regiões como ameaça à integridade do país. Esses setores vêm deixando de lado, cada vez mais, de forma clara, qualquer escrúpulo em afirmar a sua decisão em ignorar os direitos indígenas definidos na Constituição. Aliás, na história do país, as leis relativas aos direitos indígenas foram cumpridas apenas enquanto interessavam às elites brasileiras e foram ignoradas,

como acontece nesse momento, quando não interessava seu cumprimento. Os povos indígenas vêm afirmando, com crescente clareza (e visibilidade), não só no Brasil, mas em toda a América Latina, sua identidade indígena. Mas tem encontrado barreiras quase intransponíveis para afirmar seus direitos sobre os territórios. E como seguir nessa perspectiva sem as suas terras?

**IHU On-Line - Como os povos indígenas convivem com as leis do “homem branco”? O direito do índio a “ser diferente” é respeitado?**

**Antonio Brand** - Uma importante antropóloga, Aracy Lopez,<sup>1</sup> afirmou,

<sup>1</sup> Maria Aracy de Pádua Lopes da Silva (1949-2000): foi uma antropóloga brasileira, nascida em Bauru, São Paulo. Também se interessou em reconstruir a história Xavante se especializou em estudos sobre Mitologia e Cosmologia Amazônicas. Foi professora de antropologia na Universidade Estadual de Campinas e coordenou o PPG em Pós-graduação em Antropologia Social na USP. (Nota da IHU On-Line)

certa vez, que, frente à questão da diferença, o Estado brasileiro tinha feito meia conversão, apenas: o direito à diferença é reconhecido no âmbito constitucional e em outras disposições legais, mas ignorado na implementação, ou seja, na execução das políticas públicas. Não se demarcam os territórios necessários para a sua vida, e ignora-se a especificidade da cultura indígena (com raras exceções) na implementação dos programas de saúde, de desenvolvimento e outros.

E, nesse sentido, creio importante destacar a omissão do próprio judiciário. Estamos concluindo, aqui na UCDB,<sup>2</sup> um levantamento, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), dos processos envolvendo índios presos no Mato Grosso do Sul. Uma das questões que ficou clara nesse levantamento é o fato do judiciário, em suas decisões, ignorar totalmente de que se trata de índios e, portanto, amparados por uma legislação especial, e ignorar, inclusive, a própria Convenção 169, da OIT, da qual o Brasil é signatário. Creio que há um largo caminho a ser percorrido para que possamos falar em respeito à diferença e em interculturalidade, pois não há como falar em respeito à diferença enquanto seguimos atropelando os direitos indígenas, em especial o direito à terra.

**IHU On-Line - Como está a situação dos índios do Mato Grosso do Sul, em relação às mortes por desnutrição, à fome, à miséria? Qual é o impacto psicológico que esse cenário provoca entre os índios?**

**Antonio Brand** - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi)<sup>3</sup> acaba de divulgar o levantamento referente à violência que atingiu os povos indígenas em 2007. Nesse levantamento, constata-se um aumento de 99% nos casos de assassinatos entre os Kaiowá e Guarani

## Segundo levantamento do Cimi referente à violência aos povos indígenas, em 2007 “constata-se um aumento de 99% nos casos de assassinatos entre os Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul”

de Mato Grosso do Sul. É muito grave o fato de que a maior parte dessas mortes resulta de conflitos internos, ou seja, ocorreram entre os próprios índios. Isso indica um profundo mal-estar, uma grande tensão no interior dessas comunidades, resultado direto do confinamento a que esses povos foram, historicamente, submetidos. Cada morte violenta gera e aprofunda o processo de desintegração interna. Não há, portanto, como pensar em futuro para esses povos sem os territórios, como, aliás, vem claramente afirmado no texto constitucional. No entanto, percebe-se que as dificuldades interpostas, especialmente pelo judiciário, tornam a demarcação das terras indígenas cada vez mais difíceis. Por isso, infelizmente, é possível prever um aumento cada vez maior dessa violência.

**IHU On-Line - Como o senhor define a visão de mundo de um índio? O que um índio pensa sobre a vida, a morte, a natureza e sobre a espiritualidade e a mística? Como esses valores se relacionam com os valores da cultura ocidental?**

**Antonio Brand** - As populações indígenas concebem conceitos distintos de natureza, sendo que suas cosmologias

explicitam como homens, plantas e animais interagem e se articulam. As etapas que marcam o plantio e a colheita do milho, entre os Kaiowá, são acompanhadas por um ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), sinalizando para a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. Para essas populações, a esfera da economia e das relações sociais e religiosas são inseparáveis. Por isso, a questão de fundo dos territórios e a luta pela preservação da biodiversidade é tão importante para o futuro desses povos, frente ao longo e sistemático processo histórico de busca de imposição de modelos monoculturais de desenvolvimento. Por isso, cada vez mais a luta pela sociodiversidade tende a se encontrar e articular com as lutas pela biodiversidade. Até hoje, os povos indígenas seguem orientando-se por concepções distintas de economia, de uso do solo e de desenvolvimento. Seguem, por isso mesmo, sendo considerados como um sinal de atraso.

**IHU On-Line - Como entender o conflito pela posse de terras entre índio e homem branco? O que isso significa considerando a importância que a terra e o território têm para os índios?**

**Antonio Brand** - Os conflitos pela terra e o empenho das elites econômicas e políticas e do próprio judiciário em dificultar a demarcação das terras indígenas, ao total arrepio das leis e recorrendo a argumentos próprios das ditaduras reacionárias, não podem ser dissociados da questão de fundo da superação da sociodiversidade. A presença dos povos indígenas segue sendo vista como uma ameaça à integridade do país e aos interesses das elites brasileiras. Todos sabem muito bem que o confinamento imposto aos Guarani e Kaiowá, em Dourados, inviabiliza a vida desse povo e significa de fato um genocídio. A passividade e omissão frente a tão grave problema permite concluir que é isso que se deseja.

**IHU On-Line - Qual é sua opinião so-**

<sup>2</sup> Universidade Católica Dom Bosco (UCDB): criada em 1961 pela Missão Salesiana, é o primeiro Centro de Educação Superior do Estado do Mato Grosso do Sul. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Conselho Indigenista Missionário (Cimi): órgão criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1972. Tem como objetivo lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas. (Nota da IHU On-Line)

### **bre o que vem ocorrendo em Raposa Serra do Sol? O governo tem se posicionado da melhor forma?**

**Antonio Brand** - Inicialmente, o governo federal mostrou-se demasiadamente indeciso, atrasando ao máximo a desintração da área. Permitiu, dessa forma, que os invasores se organizassem e se articulassem contra a medida. É, no entanto, profundamente, lamentável que, nesse caso, alguns militares sigam se prestando ao triste papel de defensores de pessoas e grupos que vem atropelando os direitos indígenas e desrespeitando claramente a própria Constituição. Não é possível, também, entender o posicionamento do Judiciário a quem caberia, teoricamente, garantir o cumprimento do que determina a Constituição.

Os arroseiros, que ocuparam a maior parte das terras, as quais, hoje, reivindicam como suas, quando o processo de demarcação já estava definido e, portanto, tinham plena consciência de que se tratava de terras indígenas, foram a público afirmar que estavam contratando pistoleiros e comprando armas para resistir a uma ação da polícia federal. Eles não só ficaram impunes, mas tiveram, nessa ação totalmente ilegal, o apoio de setores do exército e do judiciário. Esse episódio mostra o quanto ainda é difícil aos povos indígenas terem acesso aos seus direitos como cidadãos brasileiros. Seguem, efetivamente, como cidadãos de segunda categoria, cuja presença em regiões de fronteira “põem em risco a soberania do país”.

### **IHU On-Line - Quais são as consequências da falta de terra/pouca terra para as populações indígenas? A perda de autonomia para produzir o próprio sustento é causadora de quais problemas?**

**Antonio Brand** - Já destaquei acima as consequências da perda dos territórios para esses povos. No caso dos Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, já estamos no quinto ano com programas de segurança alimentar, ou mais exatamente, de fornecimento de cestas básicas. Uma ação emergencial, para conter a desnutrição, acabou sendo transformada em política de longo prazo. Isso é extrema-

mente grave porque, nesse momento, qualquer interrupção no fornecimento desses alimentos provoca consequências cada vez mais graves. Ou seja, as comunidades indígenas estão cada vez mais profundamente dependentes desse tipo de ação, que sempre dependerá da boa vontade do governante. Por outro lado, o custo desses programas sociais não é pequeno e tende a aumentar cada vez mais, sem qualquer perspectiva de autonomia. Ao contrário, que futuro pode ser visualizado, especialmente pelos jovens, nesse contexto? Viver de cestas básicas? E tudo isso para evitar a demarcação de terras, que junto com um programa de assistência técnica, seria a única possibilidade de restituir a esses povos sua capacidade de voltarem a produzir seus alimentos. Essa dependência é sobremaneira grave se tivermos em conta que, segundo abundantes fontes históricas do período colonial e pós-colonial, os Guarani foram grandes produtores de alimentos.

### **IHU On-Line - Qual é a importância do incentivo ao ingresso de índios nas universidades e na lei sancionada em março pelo presidente Lula, que obriga o ensino da história e da cultura indígena no ensino médio e fundamental?**

**Antonio Brand** - Eu coordeno um interessante programa, que conta com recursos da Fundação Ford, de apoio aos acadêmicos índios de Mato Grosso do Sul em suas trajetórias nas universidades. Mato Grosso do Sul tem cerca de 500 acadêmicos índios. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é talvez a única que tem cota para estudantes indígenas (10%). O Programa Rede de Saberes reúne, além da UCDB, a Universidade Estadual e as duas Universidades Federais de Mato Grosso do Sul. Vem crescendo o interesse das comunidades indígenas pelo estudo. Reivindicam com crescente força escolas de ensino fundamental e médio de qualidade, empenham-se em ter professores índios bem formados e buscam cada vez melhor qualificação técnica. Essas demandas indicam a percepção indígena da importância do estudo em sua luta por

melhores condições de vida, ou, em outros termos, em sua luta por maior autonomia frente ao entorno regional que historicamente vem negando seus direitos. Estão se capacitando cada vez mais, sem abrirem mão de suas bandeiras históricas de luta pela terra. A perspectiva para a maior parte dos estudantes não é mais buscar emprego fora de suas comunidades, mas retornar como professores, técnicos em saúde e outras áreas. Quanto à lei sobre o ensino da história indígena, penso que tardou demais. Porém, mesmo assim, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação têm pela frente uma tarefa difícil, que é preparar material didático e formar professores para essa tarefa.

### **IHU On-Line - O que falta ainda para garantir dignidade às populações indígenas e para que a sociedade brasileira acolha os índios como parte do cotidiano e da teia social?**

**Antonio Brand** - Penso que falta implementar o que vem determinado na Constituição e na legislação decorrente. Quero destacar duas ações que considero mais relevantes: resolver a questão das terras indígenas e investir em programas de formação, para que esses povos voltem a ter condições de sustentabilidade, fundamental para a sua autonomia, além de se investir pesado numa melhor informação da população sobre a relevância das culturas indígenas e suas inéditas contribuições ao país. Nesse sentido, a lei acima citada representa uma iniciativa importante, mas não basta. Infelizmente, os meios de comunicação, especialmente no âmbito regional, contribuem mais para desinformar, ou melhor, para confirmar estereótipos e preconceitos do que para informar e esclarecer.

#### **LEIA MAIS...**

>> Confira outras entrevistas concedidas por Antonio Brand. Acesse nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

#### **Entrevistas:**

\* A violência contra a população indígena - 13-06-2006

\* O impacto do etanol sobre as populações indígenas - 20-08-2007

## “Ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade”

Para o antropólogo Aloir Pacini, os povos indígenas contribuem na construção da nação brasileira na sua diversidade

POR GRAZIELA WOLFART

“**A**s pessoas confundem as coisas. Não acreditam que os índios são sujeitos de sua história, tomam iniciativas no sentido de garantir seus direitos. São os próprios índios que gritam alto nos diferentes lugares pelos seus direitos.” A opinião é do antropólogo e padre jesuíta Aloir Pacini, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Ao falar sobre os dilemas culturais dos povos indígenas, ele ressalta a importância de corrigir a visão dos índios como “menores, crianças que devem ser tuteladas”. No convívio que teve com os índios, Pacini afirma perceber que eles tomam as suas decisões e continuam mantendo-as, mesmo que contrárias ao pensamento do missionário que trabalha com eles. E, sobre a violência contra os índios, ele constata: “Há uma consciência culpada na sociedade brasileira de que ‘roubamos’ os índios e isso leva as pessoas a quererem resolver os problemas ‘na bala’, porque pensam não ser possível por meios legais”. Aloir Pacini possui graduação em Filosofia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em Teologia, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, e mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e está cursando doutorado em Antropologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Na sua opinião, como os índios são vistos no imaginário social brasileiro? Qual é a contribuição da mídia para a construção da imagem social que o índio possui hoje no Brasil?**

**Aloir Pacini** - Convém inicialmente colocar que a palavra índio é uma atribuição que nós damos para um conjunto de populações autóctones das Américas. Eles não se diziam índios antes de nós assim os chamarmos. Eles se autodenominam Rikbaktsa, Kisêdjê, Enawene Nawe... As visões sobre os índios se polarizam em duas posições que se dividem entre os que idealizam romanticamente os índios e os que os demonizam. O saudoso Pe. Adalberto de Holanda Pereira, que veio do Nordeste do Brasil e passou boa parte de

sua vida no Mato Grosso pesquisando os mitos dos povos com quem os jesuítas trabalhavam, repetia sempre que os índios têm pecado original. São seres humanos como nós. Na verdade, ele queria chamar a atenção para o fato de que os povos indígenas são gente, possuem culturas diferentes, mas participam de uma mesma humanidade. Em geral, o imaginário brasileiro sobre os índios é de colocá-los numa redoma (puros e imaculados), uma espécie de zoológico para podermos olhá-los as suas diferenças como se fossem naturais, não construídas socialmente. O exótico é o que chama a atenção. Por isso, os meios de comunicação social fazem questão de mostrar os índios com os estereótipos, que são cocares, arco-e-flecha, casas de

palha, sem roupa e assim por diante. Mas também parte da mídia, muitas vezes comprometida com os interesses da exploração das riquezas dos territórios indígenas, a exibição do índio “corrompido, perambulando pelas cidades, bêbado, que deixa os filhos morrendo desnutridos porque troca a sexta básica por pinga...” não mostram a complexidade das relações dos índios com a sociedade envolvente! A questão é encontrar o equilíbrio das posições e compreender o que levou as pessoas a chegarem onde estão.

**IHU On-Line - O senhor acredita na simbiose pacífica e harmônica de valores entre a cultura do índio e do “homem branco”?**

**Aloir Pacini** - De forma alguma. Entre

peças diferentes, sempre existem tensões quando se encontram. No nível cultural, as coisas parecem acontecer de forma mais tranqüila, pois os diálogos culturais estão acontecendo desde que os portugueses aportaram por aqui. Mas não é algo pacífico, e nem simbiose. Os índios mostram sua cultura através de alguns sinais diacríticos, mas também a sua cultura está na maneira de se relacionar com a natureza, de migrar. Por exemplo, os Guarani, que estão em busca da terra sem males e estão se espalhando pelas cidades do Sul do Brasil, o seu território tradicional, que agora está ocupado pela nossa sociedade. Eles fazem isso culturalmente, e as pessoas os olham com estranheza pela condição em que vivem. Mas o difícil mesmo é que as pessoas de culturas diferentes estão também interessadas em tomar os “bens” indígenas e o Estado do Brasil cresceu sobre os territórios dos povos indígenas. Ainda hoje, as terras indígenas são patrimônio da União. Os conflitos maiores com a nossa sociedade surgem quando os índios pedem à Funai demarcação de seu território tradicional para terem o usufruto do que está na florestas e rios.

**IHU On-Line - Quais são as características culturais do índio nos contextos urbanos? Um índio pode usufruir da tecnologia contemporânea sem deixar de ser índio, não é?**

**Aloir Pacini** - Certamente, ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade. Como eu não me tornei um Rikbaktsa nos dois anos em que estive com eles, mas aprendi muito com esta convivência! Os índios estão aí, bem perto de nós. O censo de 2000 assustou-nos porque cerca de 50% dos que se disseram índios estão na cidade. Em Porto Alegre e Campo Grande, por exemplo, os índios formam aldeias em contextos urbanos. Outros exemplos são cidades formadas com grande parcela de sua população indígena (Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, ou Porto Esperidião, no Mato Grosso). Tradições culturais como as nossas são construídas socialmente, são dinâmicas e se modificam no processo histórico. Por isso, não vamos ver os Guarani e Kaingang

**“O imaginário brasileiro sobre os índios é de colocá-los numa redoma (puros e imaculados), uma espécie de zoológico para podermos olhá-los as suas diferenças como se fossem naturais, não construídas socialmente”**

sem roupa andando por Porto Alegre, mas o modo de se organizarem e de pensarem é diferente. A Constituição de 1988 reconhece como índio no Brasil quem assim se diz, é reconhecido pelos seus pares e vive em comunidade. Em Porto Alegre e São Leopoldo, os sinais visíveis desta diferença aparecem primeiro nas línguas e nos balaios (*vãfy*), para os Kaingang, e nas esculturas zoomorfas em madeira (bichinhos) dos Guarani. Mas eles são mais do parecem! Os Guarani possuem uma religiosidade intensa, podem passar horas cantando e rezando mesmo nas ruas da cidade, uma religiosidade que acompanha quem adquire um de seus objetos. Já os Kaingang, que pertencem ao tronco lingüístico Jê, possuem uma organização cosmológica em metades, marcam sua cultura nos espaços geográficos e esforçam-se para ter um domínio de toda a cidade.

**IHU On-Line - Como se dá a transformação dos índios de objetos para sujeitos da história?**

**Aloir Pacini** - Eles sempre, de alguma forma, construíram sua história. Infelizmente, foram envolvidos com a nossa história desde que viemos para cá e fomos construindo o Brasil sem respeitá-los. Os portugueses tinham uma

convicção incrível de que eles eram a civilização e os índios eram selvagens e por isso podiam espoliá-los de muitas formas. Quando não cediam, era questão de declará-los inimigos da Coroa e guerrear contra eles. Os índios “mansos” eram, dependendo do ponto de vista, aliados ou traidores. Na sua maioria, morreram com as doenças trazidas da Europa, verdadeiras epidemias grassaram nas aldeias. Os índios fugiam de um lugar para o outro levando a peste negra, varíola, varicela, gripe, malária. As alianças que os indígenas faziam como a Confederação dos Tamoios eram formas de agir diante do mundo que se apresentava. Hoje, os povos indígenas se organizam em ONGs e atuam na estrutura de governo, assumindo também cargos políticos. Mas eles estão sendo sujeitos da história mesmo onde vivem, interagindo com as pessoas, valorizando os seus pares dentro das aldeias e defendendo seus direitos numa visão do Brasil enquanto pluriétnico e multicultural, que marcou a nossa Constituição Federal de 1988. Os índios não precisam mais deixar de ser índios para serem brasileiros. Eles contribuem na construção da nação brasileira na sua diversidade, com o que são tradicionalmente e participando das instâncias políticas locais, estaduais e federais como cidadãos deste Brasil.

**IHU On-Line - O que fazer para que a sociedade valorize e respeite a cultura indígena?**

**Aloir Pacini** - A sociedade brasileira tem dentro de si uma sensação legítima de que somos um pouco índio. As crianças, na Semana dos Povos Indígenas, em abril, fazem questão de se pintarem e dançarem como os índios. Isso é uma forma de valorizar o diferente. Outra forma é estudar estes povos para compreendê-los melhor, para não impor o nosso modo de ser. Mas difícil é respeitar sua cultura, garantindo seus direitos tradicionais ao território, aos meios que tradicionalmente tinham para viver. Nós achamos que, porque eles têm muita terra, podemos tomá-la porque assim fizemos nos últimos 500 anos. É como se olhássemos para o vizinho que tem mais do que nós e tivéssemos o “direito de pegar”

## “Cada etnia indígena é incomensurável, é parte do Brasil, um Brasil de cara nova, etnicamente múltiplo”

só pelo fato de ele ter mais do que nós. Pior: o mais dramático é que pensamos que podemos tirar deles porque são etnicamente diferentes de nós e são como crianças. Isso vem da maneira como os próprios índios historicamente nos acolheram, oferecendo-nos o que eles tinham de melhor. Assim foi com os Rikbaktsa. Já na primeira vez que fui estar com eles, logo ofereciam chicha e, nos banquetes, era eu quem deveria receber o melhor pedaço de carne, no caso uma cabeça de macaco cozida dentro do mingau de castanha brasileira ralada.

**IHU On-Line - Quais são as principais contribuições da ciência indígena para o Brasil e para o mundo do conhecimento ocidental do “homem branco” atual?**

**Aloir Pacini** - Organizei, na 56ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na UFMT, uma área de atividades que foi bem concorrida: SBPC e a Ciência Indígena. Foi a ciência indígena que desenvolveu a maioria dos produtos agrícolas que consumimos hoje no Brasil e no mundo, como o milho, o tomate, os diferentes tipos de tubérculos, as inúmeras qualidades de mandioca e batata. Também recebemos os conhecimentos sobre plantas medicinais, muitos remédios farmacêuticos que usamos estão baseados nos conhecimentos que recebemos dos xamãs indígenas e poderíamos fazer um relatório imenso destas contribuições. Mas quero aqui chamar a atenção para o fato de que cada uma das 220 etnias que existem no Brasil, com cerca de 160 línguas, possui uma riqueza enorme de conhecimentos, de elaboração da experiência humana que se mostra tão diversa no planeta terra. As cosmologias que foram sen-

do elaboradas durante milênios foram traduzidas em organizações sociais e culturais e em rituais tão intensos, que envolvem as suas comunidades nas quais tive oportunidades únicas de participar. Estas são as contribuições maiores para a construção do Brasil. Cada etnia indígena é incomensurável, é parte do Brasil, um Brasil de cara nova, etnicamente múltiplo.

**IHU On-Line - Como o senhor avalia a política de demarcação de terras para os índios e a postura da Funai? Qual é a sua opinião sobre o que vem ocorrendo em Raposa Serra do Sol?**

**Aloir Pacini** - Aqui está a ponta de um iceberg. As coisas não começaram com as declarações do Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno para *O Globo*, quando criticou duramente o governo, dizendo que a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, demarcada por FHC em 1998 e homologada por Lula em 2005, constitui uma ameaça à soberania nacional. Seguiu o chefe do Estado Maior do Leste, general Mário Madureira, que apontou o “risco” de os índios solicitarem a separação dessas terras do Brasil, como em Kosovo, coisa de quem não tem o que fazer. O coronel Jarbas Passarinho disse que Raposa Serra do Sol é uma “fronteira viva”, ocupada por fazendas produtivas, que sua demarcação ameaça a integridade nacional. Aqui está o problema: a idéia disseminada entre os brasileiros é de que índio é preguiçoso e não produtivo. Precisamos pegar suas terras para produzir, no caso, arroz. Essa polêmica pegou fogo porque mexeu com a intuição nacional de que a Amazônia já foi vendida para o capital estrangeiro não pelos índios, mas como propriedades privadas em nome de “laranjas”. Foram muitos anos de luta dos Macuxi para conseguirem de-

marcar suas terras. Alguns poucos arroteiros conseguiram cooptar alguns Macuxi, que trabalhavam para eles, para serem “bucha de canhão”, por isso resistem, armados, a uma ordem judicial. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a operação de retirada dos grileiros, ocupantes ilegais da terra indígena Raposa Serra do Sol, e assim estimula os grupos que reagem com violência contra a lei quando ela fere seus interesses. *O Globo* desinforma em manchetes que os índios querem decepar o Brasil, como se deixar de plantar arroz na terra indígena implicasse em não plantar em outros lugares: “desestabilização da agricultura local”. Importante aqui é saber que o governo “não deu terras” aos índios. Foi a Constituição de 1988 que reconheceu o direito dos Macuxi usufruírem dos territórios que ocupam tradicionalmente. Trata-se de uma política de Estado. As terras indígenas são propriedade da União, e existem bases militares dentro das terras indígenas de faixa de fronteira. Por que o usufruto pelos índios de terras que ocupam milenarmente ameaçaria a soberania nacional? Os Macuxi, como os Xavante e todos os índios no Brasil, se sentem brasileiros, amam o Brasil e o defenderão, armados com arco-e-flecha se preciso for.

**IHU On-Line - Na sua opinião, o trabalho de registro e preservação da cultura indígena está sendo bem feito no Brasil?**

**Aloir Pacini** - A arte material indígena foi sempre cobiçada e levada para os diferentes museus, mas ela foi confeccionada dentro de um contexto. É a vida do povo que precisa ser conhecida para compreender o sentido de cada artefato. Muitas destas coleções de artefatos precisam ser completadas e outras iniciadas. As universidades têm

“Os Macuxi, como os Xavante e todos os índios no Brasil, se sentem brasileiros, amam o Brasil e o defenderão, armados com arco-e-flecha se preciso for”

produzido muito material a respeito dos povos indígenas, especialmente os departamentos de antropologia e os museus. Mas, em geral, este conhecimento fica restrito ao campus. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está fazendo um esforço de registro do patrimônio imaterial e aí entram também as festas e rituais que os povos indígenas realizam. Particpei no Ministério da Cultura de um Grupo de Trabalho da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural que pensa a inclusão das culturas indígenas nos programas de incentivo cultural deste Ministério e criamos o Prêmio Culturas Indígenas que, na Edição Ângelo Creta, 2006, premiou 80 ações culturais com R\$ 15.000,00. Acompanhei especificamente, no final do ano passado, a Aldeia Vila Nova Barbeicho, dos Chiquitano, na apresentação da sua cerâmica tradicional para a edição Xicão Xucuru, do prêmio 2007. Serão premiadas 100 iniciativas culturais indígenas e eles estão com esperança de conseguir o prêmio agora. Não conseguiram o prêmio anteriormente por causa da dificuldade de registro do processo de confecção das cerâmicas. Esta parece ser, como outras tantas, uma forma de incentivo para os diferentes povos, mas existe ainda muito trabalho a ser feito em termos de pesquisas e de registros.

**IHU On-Line - Como o senhor define a espiritualidade e a mística das populações indígenas e como se relacionam, nesse aspecto, com as crenças cristãs do “homem branco”?**

**Aloir Pacini** - Penso que as pessoas verdadeiramente religiosas tenham uma sensibilidade para perceber a grandiosidade da maneira dos outros religiosos se expressarem. O diálogo inter-religioso é algo que está na ordem do dia. As diferentes tradições religiosas trazem contribuições valiosas para a compreensão de nós mesmos enquanto seres humanos que remetem suas vidas a um transcendente, mas também contribuições para a compreensão deste mundo que nos transcende. Os povos indígenas possuem religiões que estão inseridas dentro de todo o conjunto sociocultural que lhes é próprio. Por isso, são

preciosidades que devem ser consideradas no diálogo que nos enriquece enquanto cristãos também. Por exemplo, Auca Rikbaktsa disse para o Pe. João Dornstauder, que eles também tinham “Cristo” logo depois de ele ter conseguido pacificar a guerra contra os seringueiros em 30 de julho de 1957. Provavelmente, associou o personagem da história judaica-cristã com um herói civilizador da tradição Rikbaktsa. Mas ali já começou um diálogo religioso que continua até hoje com o Pe. Balduino que já está lá com eles há cerca de 40 anos. A mística indígena, em geral, possui uma rela-

**“A mística indígena, em geral, possui uma relação religiosa com os seres da natureza porque esses são espíritos, possuem agência e interagem com o ser humano, algo semelhante ao que São Francisco de Assis percebeu quando tratava tudo como irmão e irmã”**

ção religiosa com os seres da natureza porque esses são espíritos, possuem agência e interagem com o ser humano, algo semelhante ao que São Francisco de Assis percebeu quando tratava tudo como irmão e irmã. Por isso, João Paulo II foi ali rezar pela paz com os representantes das outras religiões do mundo. Os diálogos religiosos são gostosos, nos enriquecem, permitem que crescamos como gente e nos tornemos melhores. Não se dialoga com o mesmo porque não teria-

mos o que falar, só com os diferentes é que podemos entrar em diálogo.

**IHU On-Line - Como é a questão das ameaças de grupos historicamente contrários aos povos indígenas aos missionários que trabalham com os índios?**

**Aloir Pacini** - Este assunto espinhoso é complicado. As pessoas confundem as coisas. Pensam que quem trabalha com os índios tem “domínio” sobre eles. Isso porque não acreditam que os índios são sujeitos de sua história e tomam iniciativas, no sentido de garantir seus direitos. Esta visão dos índios como menores, crianças que devem ser tuteladas, é herança das Missões e do Marechal Candido Rondon, criador do Serviço de Proteção aos Índios. Percebo que os índios tomam as suas decisões, muitas vezes sem que os que estão trabalhando com eles o saibam, outras vezes acontecem diálogos e os índios continuam mantendo suas decisões, mesmo que contrárias ao pensamento do missionário. Quem trabalha com os índios é ameaçado porque entram em jogo questões sérias de riquezas minerais, madeira, invasão e arrendamento de terras. Há uma consciência culpada na sociedade brasileira de que “roubamos” os índios, e isso leva as pessoas a quererem resolver os problemas “na bala”, porque pensam não ser possível por meios legais. Por exemplo, as terras tradicionais dos Chiquitano, na fronteira com a Bolívia, foram tomadas por fazendeiros, muitos deles políticos que não possuem títulos legítimos das terras. Nestes casos, uma ilusão de solução é ameaçar quem poderia falar algo contrário a estes interesses porque sempre existirão profetas, sejam eles missionários ou não. Assim pensam que ameaçar o Pe. Balduino Loebens, o Pe. Isidoro Salomão ou o Pe. Felício Fritsch resolve alguma coisa, mas a história mostra que os martirizados, como o Pe. João Bosco Burnier ou o Ir. Vicente Cañas, reforçaram a luta dos índios. Falo de ilusão porque não são os missionários que ameaçam as pretensões de usurpação dos territórios indígenas, mas são os próprios índios que gritam alto nos diferentes lugares pelos seus direitos.

## O sentido da vida: primeira e grande lição dos índios ao homem branco

Para Egon Heck, os índios de Raposa Serra do Sol constituem um povo heróico, um exemplo de cidadania para o Brasil

POR GRAZIELA WOLFART E MOISÉS SBARDELOTTO

“**E**stamos num embate muito forte de lógicas diferentes, de sistemas de pensamento e ideologia diversos, que se confrontam, seja nos pequenos espaços das terras indígenas, seja nos grandes debates em nível nacional e continental hoje, nos quais o movimento dos quilombolas, dos sem-terra e tantos outros estão, cada vez mais, convencidos da necessidade de uma mudança profunda na maneira de ver e relacionar-se com a terra. Caso contrário, se estará condenado, fadado, a médio e longo prazo, a um processo de destruição, que poderá comprometer a vida no planeta.” É essa a visão de Egon Heck, conselheiro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no Mato Grosso do Sul, sobre a origem dos conflitos de terras entre índios e homens brancos. Na entrevista que segue, concedida por telefone à IHU On-Line, Heck, emocionado, aponta que “vivemos numa realidade em que grupos de pessoas obcecadas pela acumulação, pelo sistema de acumulação da terra, da produção, da renda, do capital, se desumanizam de tal forma a não reconhecer e enxergar no outro, no índio, na outra sociedade, no diferente, no pobre, o direito de viver com dignidade.”.

**IHU On-Line - Como os índios lidam com o conflito de culturas (a deles e a do homem branco), principalmente em relação ao cultivo da terra?**

**Egon Heck** - Podemos dizer que hoje, desde o monte Roraima ao Chuí, dos Macuxi e Wapichana de Roraima aos Charrua, Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, os povos indígenas estão num processo muito dinâmico e muito forte de afirmação de sua cultura como estratégia de conquista dos seus direitos. Isso acontece juntamente com a mobilização social e a organização dos próprios povos, em aliança com setores excluídos e oprimidos da sociedade brasileira e em sintonia com o pulsar do coração da nova América, que vai se forjando nos diferentes países a partir de suas raízes nativas. Esse movimento ganha força com novos valores, mais fundamentados nos direitos das pessoas, nos valores sociais, do que na acu-

mulação, no consumo, no individualismo. Então estamos, assim, percebendo que toda essa dinâmica continental e nacional se reflete desde as aldeias, onde os povos indígenas se constroem, no seu dia-a-dia, e procuram sobreviver a partir de seus valores, de seu jeito de se organizar, de pensar, de reagir, sentir e viver. É a partir dessa base, que vem das aldeias e que se reflete de uma forma mais ampla, que vemos esse difícil enfrentamento na questão da terra. Porque, em primeiro lugar, a mentalidade do sistema capitalista de transformar a terra em mercadoria tem feito com que a grande maioria dos povos hoje ou não esteja mais de posse de seus territórios, ou tenha seus territórios reduzidos, muitas vezes destruídos pela dinâmica de ocupação econômica, ou invadidos pelos interesses dos recursos minerais, madeireiros, geopolíticos e outros. Infelizmente, a grande maio-

ria dos povos indígenas hoje se debate numa luta muito desigual, na perspectiva de conquistar o direito sagrado de poderem reconstruir suas bases, as bases das suas economias, nos seus valores profundos, na sua sabedoria, na relação com a terra, que é considerada não como objeto de produção, de venda, de troca, mas como espaço sagrado, como a mãe que dá sustentação, possibilidade de vida às pessoas. Estamos num embate muito forte de lógicas diferentes, de sistemas de pensamento e ideologia diversos, que se confrontam, seja nos pequenos espaços das terras indígenas, seja nos grandes debates em nível nacional e continental hoje, nos quais o movimento dos quilombolas, dos sem-terra e tantos outros estão, cada vez mais, convencidos da necessidade de uma mudança profunda na maneira de ver e relacionar-se com a terra. Caso contrário, se estará conde-



Divulgação

nado, fadado, a médio e longo prazo, a um processo de destruição, que poderá comprometer a vida no planeta.

**IHU On-Line - Quais são os principais pontos de divergência entre a elite do agronegócio e os índios, falando dos Guarani do Mato Grosso do Sul? Como entender tanto ódio contra os índios? Como está a situação da violência contra os Guarani?**

**Egon Heck** - Aqui no Mato Grosso do Sul, infelizmente, continuamos vivendo uma situação extremamente grave. Podemos atribuí-la a uma conjugação de fatores, dentre os quais se destaca a questão da visão e ocupação com relação à questão da terra e ao sistema de produção, propriamente falando. Os índios produzem para viver, e a produção deles significa a possibilidade de viver melhor. Ao passo que o nosso sistema de concentração, da monocultura, não é somente agressivo à terra, mas acumula nas mãos de uns poucos a fortuna e os privilégios do poder. Enquanto isso, temos, cada vez mais, à margem dessa sociedade, grandes partes da população sendo enxotadas, passando fome nos barracos, na beira das estradas, acampando em algum ermo restante, em geral, entre a cerca e o asfalto. Ou, então, elas são mandadas para outras regiões do país, como o Norte, para as novas frentes de desmatamento. Elas seguem o caminho de como são tratados os pobres dessa terra. Eles mesmos são obrigados a serem algozes da natureza, destruidores do meio ambiente. Temos, aqui no Mato Grosso do Sul, em torno de 30 municípios, que têm uma população inferior à da população da terra indígena de Dourados, de 12 mil pessoas. Ou seja, temos belos asfaltos para os bois, para a soja e para a cana e, ao mesmo tempo, não temos espaço para viver. As populações trabalhadoras do campo, os pequenos camponeses, por meio da agricultura familiar, não conseguem produzir alimentos. Por conseqüência, mal conseguem sobreviver. Os assentamentos feitos são depois jogados a uma competição desonesta e desigual com a cana, com os grandes usineiros, com os grandes proprietários. Então, estamos submetidos aos rigores de um capitalismo, por um lado, altamente sofisticado, com gran-

des maquinários, e, por outro, a uma negação da terra e do trabalho digno no campo, principalmente da produção de alimentos.

**Os cortadores de cana**

Eu gostaria de lembrar a questão do trabalho com a cana. Tive a possibilidade de visitar, há poucos dias, os trabalhadores de uma usina. É deprimente o quadro que se vê. Chegamos ao meio-dia. Eles estavam engolindo um pouco de alimento na beira de um ônibus que fica estacionado no meio da cana. E, logo depois de uma hora de intervalo, voltam com seus machetes, seus facões, suas ferramentas, e vão inalando aquela cinza que levanta cada vez que cortam. Esse mesmo gesto é repetido umas quantas mil vezes por dia. Em geral, ficam agachados, prejudicando, portanto, a coluna, os pulmões. Isso desgasta rapidamente a vida, pois a possibilidade de trabalho fica em torno de 10 a 12 anos, não mais do que isso.

**IHU On-Line - A que o senhor atribui os suicídios que os índios vêm cometendo? O que pode motivar a vontade de morrer de índios, em geral, os mais jovens? Há um conflito entre as raízes culturais e as mudanças percebidas no cenário contemporâneo?**

**Egon Heck** - O aumento expressivo dos suicídios vem de um agravamento da situação, do fechamento do horizonte, principalmente para os jovens. Nesse ponto, poderíamos elencar uma série de fatores que levam, principalmente, à violência ou a uma situação em que não é mais perceptível o sentido da vida. Se houvesse principalmente um horizonte de terra em que se pudesse reconstituir, do ponto de vista cultural, a base dos valores que integram a sociedade Kaiowá-Guarani... É só lembrarmos que essa é uma sociedade extremamente religiosa, que tem uma profundidade de raiz e de resistência que os possibilitou chegar até hoje. E nos perguntamos: o que está acontecendo de tão grave hoje que não acontecia em tempos passados? Então, me parece bastante evidente que um dos fatores é a desintegração quase total dos laços de coesão, de tecer as relações sociais da família, da aldeia, da comunidade maior, o que dá o sentido e a alegria da vida. Isso praticamente

desapareceu. Então, o que aparece pela frente? Submeter-se ao trabalho semi-escravo nas usinas. E os que o conseguem são os jovens na grande maioria, que desgastam sua vida rapidamente. Quando voltam para a comunidade, o que os recebe ali? Uma comunidade totalmente dependente, inclusive da alimentação de fora, uma comunidade onde os próprios jovens são submetidos aos rigores aliciadores, como a droga e o alcoolismo. Tudo isso é agravado, às vezes, por disputas internas políticas, religiosas, econômicas. Existe uma desestruturação psicológica tal que, muitas vezes, o fio entre o sentido da vida e o do não-viver é muito tênue, e isso faz com que aumentem os números de suicídio, de violência e de assassinatos.

**IHU On-Line - Se as terras são homologadas, destinadas por lei aos índios, como entender que a “lei” do agronegócio expulse-os do próprio chão? Como o senhor avalia o papel do Estado nesse sentido?**

**Egon Heck** - Nós temos aí, de fato, um quadro de complexidade. Vivemos numa realidade em que grupos de pessoas obcecadas pela acumulação, pelo sistema de acumulação da terra, da produção, da renda, do capital, se desumanizam de tal forma a não reconhecer e enxergar no outro, no índio, na outra sociedade, no diferente, no pobre, o direito de viver com dignidade. Isso é revoltante e fruto de um sistema intrinsecamente perverso. Não há como entender que as pessoas fiquem tão obcecadas que não consigam humanamente enxergar — e se o conseguem, não consigam reconhecer — o direito dos outros e minimamente se colocar na perspectiva de resolver essa questão da terra. Por parte do governo, principalmente da União, é difícil entender uma omissão que tem durado tanto tempo, que tem causado tanto sofrimento, e caracterizado esse quadro de genocídio tantas vezes denunciado. Ou seja, o governo não tem se empenhado, até o momento, em resolver a questão. Parece que, felizmente, o Ministério Público Federal está pedindo prazos para que essas terras sejam regularizadas. Esperamos que isso aconteça. Esse é um dever de consciência, de civilidade, de obediência a legislações que existem, em

termos nacionais e internacionais, para resolver essa questão. Esperamos que, muito em breve, possamos começar um processo de reversão desse quadro, o que evidentemente não significará resolver o problema, porque a destruição feita até aqui sobre a população Kaiowá-Guarani, e mesmo Terena, certamente exigirá décadas, gerações, para que volte a se estabelecer um equilíbrio maior.

#### **IHU On-Line - E no caso de Roraima, na reserva de Raposa Serra do Sol?**

**Egon Heck** - Eu estive várias vezes lá. É um povo heróico. Penso que seja um exemplo de cidadania, de brasilidade, o que aqueles Macuxis, Wapichana, Tauretang e Patamona estão dando para o Brasil. Há 30 anos eles vêm lutando. Mais de 30 lideranças foram assassinadas, centenas de casas destruídas, com inúmeros companheiros deles sendo presos, espancados, torturados. Depois de tanto tempo, depois que as próprias leis observam que finalmente se deveria resolver através da retirada dos não-índios, o mínimo seria devolver as condições de paz e de vida novamente àquela população. Mas é inacreditável, um absurdo, o que tem acontecido. Lembro-me do tuxaua Jaci, que me chamou ao acampamento Terra Livre, e disse: “Olha, não temos mais em quem acreditar”. Isso é uma punhalada que eles recebem pelas costas, ficando atordoados. Se durante tanto tempo sempre depositaram confiança de que o direito, de que as leis, de que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tivessem a hombridade de reconhecer a sua terra, parece que o momento chega a um extremo e que esse tênue fio da esperança talvez esteja se esvaindo. Mas acreditamos ainda que eles tenham essa sabedoria milenar que certamente os levará a enfrentar mais essa situação, e que possam efetivamente um dia celebrar a paz e a vida digna na relação com a sociedade de Roraima. Com certeza, eles serão solidários e aliados a todos aqueles que hoje são excluídos e serão, ao mesmo tempo, respeitadores daquilo que a lei lhes determina. Temos uma confiança muito grande nisso, nesse povo. Por tê-lo

## **“Os povos indígenas estão num processo muito dinâmico e muito forte de afirmação de sua cultura como estratégia de conquista dos seus direitos”**

defendido, sofri ameaças e fui agredido fisicamente a facadas lá na região. E neles eu deposito, em grande parte, aquilo que eu vivo, que eu acredito e pelo que eu luto (se emociona).

**IHU On-Line - Os índios, além de tudo isso que o senhor relatou, sofrem ainda com o preconceito da sociedade. Qual é a origem desse preconceito com relação aos índios? Por que a sociedade olha para eles com desprezo ou com pena?**

**Egon Heck** - Nós temos aí toda uma história de colonização, de ocupação, de invasão, de exploração dos recursos naturais, que sempre obedeceu a critérios de acumulação. Devemos começar a rever algumas ideologias. Uma delas é a ideologia do trabalho, do endeusamento do trabalho, como se este em si fosse um ato de felicidade, mesmo que seja um trabalho escravo, mesmo que eu enriqueça com alguém pisando em cima de mim, devendo sempre me orgulhar porque estou trabalhando. Mas o que é isso? Isso é ideologia pura, veiculada, do ponto de vista religioso, social e cultural. Todos aqueles que são diferentes e não pensam da mesma forma são inferiores, indignos, malvados. Esse preconceito, esse ódio arraigado, mostra a nossa estreiteza, a nossa pequenez de pensamento, uma incapacidade social de pensar o diferente, de pensar a pluralidade e a beleza da riqueza da diversidade cultural e de pensamentos no mundo. Isso é fascismo, racismo, preconceito. Precisamos superar essa idéia, antes que

sejamos destruídos por esses tipos de pensamentos e ideologias.

**IHU On-Line - O que fazer para que a identidade indígena do índio seja mantida, e mantida com orgulho?**

**Egon Heck** - Estamos vivendo um momento muito bonito da história. Deixe-me fazer uma pequena digressão mais continental. Fiquei muito animado quando, há algumas semanas, Fernando Lugo venceu as eleições no Paraguai. Parece que o Paraguai-Guarani finalmente começa a superar o genocídio da Tríplice Aliança, da guerra de extermínio que Brasil, Argentina e Uruguai moveram contra ele. E começam a levantar a cabeça e buscar um novo rumo de dignidade, de autonomia, de soberania. Isso não só se dará na língua guarani, mas no próprio povo, nas próprias raízes, sejam elas indígenas, mestiças, caboclas ou paraguaias. Isso acontece em diversos países do continente. Surge uma esperança muito grande de que uma América diferente será possível. No entanto, é evidente que nesse processo as culturas indígenas estão sendo muito dinâmicas. Mais do que nunca, depois de 500 anos, elas começam a entrar num ritmo de mudanças e de consolidação tão grande, que nos dá a certeza de que o futuro passará com a agregação de inúmeros valores dessas populações nativas do continente.

#### **Os índios no Brasil**

O Brasil tem uma peculiaridade pela diversidade de situações, desde índios sem nenhum contato voluntariamente com a sociedade ocidental e brasileira, até grupos que reassumem suas identidades, ressurgem praticamente das cinzas e passam a lutar por vida, dignidade e terra. Talvez a metade dos 230 povos tenha menos de mil pessoas. Mas, mesmo assim, assistimos a uma dinâmica social, organizativa e cultural muito grande, que surpreende e que faz com que todos aqueles que projetavam um Brasil sem índios hoje tenham que admitir não só a presença física e a luta desses povos, mas principalmente a contribuição, a garra e a dignidade com que eles nos mostram caminhos diversos de relação com a natureza.

**IHU On-Line - Na sua opinião, quais são as principais lições que os povos indígenas podem dar ao homem branco?**

**Egon Heck** - A primeira e a grande lição é realmente a do sentido da vida. A nossa sociedade é consumista, se amesquinhou, acreditando que a felicidade está em comprar quinquilharias, em amontoar coisas dentro de casa, em ostentar jóias e outras coisas mais, desvirtuando totalmente aquele sentido profundo da solidariedade, da convivência, da harmonia, da dignidade das pessoas. Essa é a primeira grande lição que eles nos deixam, no sentido de rever o sentido da própria vida. A segunda é rever o sentido da convivência entre as pessoas e das pessoas com a natureza. O planeta Terra só vai ter futuro se conseguirmos, em termos de humanidade, reencontrar um sentido de harmonização da nossa vida, do nosso sistema de produção, dos nossos valores com aquilo que a natureza, a terra, a água e o universo nos oferecem. Essa harmonia e essa integralidade da vida são necessárias, urgentes, não só aqui no Brasil, mas no Planeta. Vemos, nas notícias mais recentes, que a fome começa a galopar em várias regiões do mundo. Os alimentos somem para que os tanques não se esvaziem. Vemos aí a perversão de valores, de sistemas. Os índios nos mostram como reencontrar o sentido simples de viver. Nós nos afogamos. Quando construímos uma casa, construímos um presídio, porque os nossos bens que ali dentro queremos acomodar e a nossa segurança de vida têm que estar em muros e cercas elétricas. Perdemos realmente a noção de uma vida simples, de uma convivência harmônica e de uma solidariedade que esteja baseada na justiça e nos valores maiores.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Egon Heck. Acesse nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

#### Entrevistas:

\* "Não conseguiram destruir nossa raiz" - 07-02-2008

\* O holocausto Guarani. 'Está em curso um processo de genocídio desse povo' - 18-11-2007

## Como entender a cultura indígena e suas transformações?

Roberto Liebgott e Lara Bonin refletem sobre as lacunas culturais entre índios e brancos e sobre a necessidade de mudança no olhar sobre as populações indígenas

POR GRAZIELA WOLFART E MOISÉS SBARDELOTTO

**N**a opinião do casal Roberto Liebgott e Lara Tatiana Bonin, coordenadores da equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Região Sul/Porto Alegre, “a condição primordial para qualquer relação respeitosa que se pretenda com os povos indígenas é a demarcação e garantia de suas terras”. Infelizmente, eles acrescentam, “todas as referências culturais e as formas de representação que produzimos sobre os povos indígenas nos levam a pensar que eles são frágeis, menos desenvolvidos, menos cultos, menos civilizados, menos dispostos ao trabalho, e que suas culturas são primitivas, menos complexas, menos valiosas”. As afirmações foram feitas em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. E eles enfatizam: “A grande questão é que somos impelidos a pensar a existência indígena em função de nossa própria existência”.

Lara Bonin é graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Educação, pela Universidade de Brasília (UnB), e doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é professora da Universidade Luterana do Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Confira uma entrevista com Roberto Liebgott publicada no sítio do IHU em 02-05-2007, intitulada “A luta dos povos indígenas continua”, e outra, publicada em 03-04-2008, intitulada “Os arroteiros representam o enclave da violência”.

**IHU On-Line - Como o índio se relaciona com a cultura do “homem branco” atual? Quais são os principais pontos de conflito ou de convergência entre essas culturas?**

**Roberto Liebgott e Lara Bonin** - O Brasil é, entre todos os países no mundo, um dos mais privilegiados em termos de pluralidade de povos e de culturas. São pelo menos 240 povos indígenas diferentes e que falam mais de 180 línguas, tendo uma população de 734 mil pessoas (de acordo com o censo IBGE de 2000). Esta pluralidade não pode ser ignorada e torna-nos responsáveis em assegurar,

na organização do Estado Brasileiro, um conjunto de garantias legais voltadas para o respeito, a proteção e a promoção dos direitos indígenas. Neste sentido, a Constituição Federal em vigor determina que os povos têm o direito de serem diferentes, ou seja, o Estado reconhece suas culturas, crenças, tradições, organização social e fundamentalmente o direito a demarcação de suas terras. O relacionamento dos povos indígenas com a sociedade envolvente tem sido, ao longo dos mais de 500 anos de Brasil colonizado, de intensos conflitos em função da negativa de direitos

## “O relacionamento dos povos indígenas com a sociedade envolvente tem sido, ao longo dos mais de 500 anos de Brasil colonizado, de intensos conflitos”

por um lado (Estado Brasileiro), e de luta por direitos pelo outro (povos indígenas). Nesta relação de embate, os povos foram sendo sistematicamente agredidos fisicamente, etnicamente e territorialmente. O processo de colonização das terras brasileiras esteve fundado na noção de limpeza étnica, inicialmente por estratégias de extermínio, posteriormente por estratégias de integração forçada à dita “comunhão nacional”. Não havia saída para os povos indígenas a não ser a resistência, uma vez que seus territórios foram sendo gradativamente invadidos ou oficialmente ocupados, processo que gerou incontáveis violências. É inegável que povos indígenas resistiram. Se não fosse assim, teriam sido exterminados ou integrados ao longo desses mais de 500 anos.

### Protagonismo indígena

Esta lógica integracionista e assimilacionista perdurou até os anos 1970, quando os povos indígenas, com apoio significativo da Igreja, de organismos internacionais de entidades e de movimentos, desenvolveram um processo intenso de articulação e mobilização, através das grandes assembleias indígenas. Constituiu-se, nessa década, um dos marcos importantes do exercício do protagonismo indígena frente ao Estado brasileiro, o que se concretizou no texto constitucional em 1988. Apesar dos avanços, os conflitos são persistentes, e cotidianamente acompanhamos as ofensivas de grupos detentores de poder econômico e político contra os direitos constitucionais dos povos indígenas, de modo mais direto na demarcação das terras. A intolerância estabelecida contra os povos indígenas se evidencia sempre que terras indígenas

são reivindicadas para a demarcação e sobre as quais o poder público passa a desenvolver o devido procedimento administrativo que assegura a posse e o usufruto indígena. Nestes períodos e contextos, tornam-se evidentes as relações de preconceito, bem como as violências, o que deixa claro o fato de que os povos indígenas são tolerados na medida em que não estejam ao nosso lado, disputando direitos.

**IHU On-Line - Um relatório da Funai de 2007 indica que existem cerca de 67 grupos indígenas vivendo em completo isolamento. O senhor acredita que as comunidades indígenas devam permanecer isoladas, ou devem ser fomentados o contato e uma possível “inculturação” delas com a sociedade branca?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - O Cimi, desde a sua fundação em 1972, tem desenvolvido ações no sentido de que as terras dos povos indígenas, de modo especial na Amazônia, onde vivem povos que não estabelecem contatos com a sociedade do entorno, sejam demarcadas e protegidas. As informações de que dispomos é de que estes povos não querem o estabelecimento de relações com a nossa sociedade. Por experiências traumáticas anteriores, ou por relatos de outros povos indígenas com os quais eles se relacionam, estes povos intuem que, aproximando-se de nossa sociedade, eles sofrerão os impactos sobre sua vida, as suas culturas, e sobre seus territórios. Em nossa opinião estes povos têm o direito de escolher qual o caminho que pretendem seguir, e nós, como sociedade, não devemos impor aos outros nossas próprias regras. O que podemos fazer é lutar para que as terras desses povos sejam

protegidas de invasões, e esta é uma responsabilidade do Estado, prevista na Constituição Federal. Defendemos, então, que a eles sejam assegurados os direitos de proteção, demarcação e fiscalização das terras, tal como se assegura, na Constituição, a qualquer povo indígena do país. Nós precisamos aprender a respeitá-los na sua alteridade radical – ou seja, aceitar que eles possam exercer seu direito à diferença e as formas próprias de viver sem a intervenção ou a imposição de uma “harmoniosa integração”.

**IHU On-Line - Por que houve um aumento no número de suicídios entre a comunidade indígena? São apenas fatos isolados? Falta atenção aos índios por parte do governo e da sociedade em geral?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - O suicídio não é prática comum entre os povos indígenas. Pensamos que seja muito mais o resultado de condições desfavoráveis, que tornam vulneráveis as pessoas e a coletividade. Historicamente, a luta e a resistência dos povos indígenas têm sido motivadas pela vida e pela garantia de futuro. No entanto, em algumas realidades, como vem sendo amplamente divulgado, alguns índios praticam suicídio. Nos últimos anos, temos presenciado essa prática entre os Kaiowá-Guarani, no Estado do Mato Grosso do Sul e também em outros povos. De 2006 para cá, ocorreram 74 suicídios indígenas. Podemos afirmar, nesses casos, que os povos indígenas vivem situações-limite, ou seja, eles vivem em contextos que não possibilitam as práticas coletivas que instituem e regulam suas culturas, estão submetidos a condições desumanas, em terras exíguas, em situações de confinamento, em acampamentos provisórios na beira das estradas. O caso mais dramático é, sem dúvida, o dos Kaiowá-Guarani. As terras que hoje ocupam não possibilitam as mínimas condições de construir perspectivas de vida com dignidade. Este povo teve, ao longo das últimas décadas, suas terras saqueadas, loteadas e devastadas, entregues para a criação do gado, plantio da cana e da soja. Confinados, lutam pela demarcação. A pressão social sobre a população, de

modo especial sobre os mais jovens, é intensa e na situação em que se encontram não vislumbram perspectivas de futuro. E, para algumas pessoas, a busca da terra sem mal se transporta para uma outra esfera, que não faz mais parte da vida material, e projeta-se a esperança para um mundo sem os males, alcançado pelo suicídio.

Dezenas de estudos estão sendo realizados para tentar compreender este fenômeno do suicídio existente entre os Kaiowá, e na quase totalidade dos estudos e pesquisas se constata que o problema está relacionado com a falta de terra. Ou seja, o saque e o loteamento dos territórios tradicionais deste povo os remetem para uma história de dor e sofrimento, que somente será sanada quando parcelas significativas do antigo território tradicional dos Kaiowá forem demarcadas e asseguradas e sobre o qual este povo consiga viver.

#### **Responsabilidade dos governos**

O poder público, através de seus órgãos responsáveis, é o responsável por estas mortes e pelo sofrimento imposto aos povos indígenas, uma vez que só a ele compete a responsabilidade de demarcar, garantir e fazer respeitar os bens indígenas, e aí podemos afirmar que a vida é o bem maior que o Estado brasileiro deveria resguardar. Especificamente no Mato Grosso do Sul, é gritante a omissão e negligência do governo federal no tocante à demarcação das terras e na assistência a população indígena. Gostaríamos de destacar também que a negligência do governo federal e a situação de confinamento em terras ínfimas têm sido responsáveis pelo alarmante aumento de casos de assassinato naquele estado. Para se ter uma idéia, só no ano de 2007 foram registrados 92 assassinatos de indígenas em todo o país, sendo que 53 deles ocorreram no Mato Grosso do Sul, ou seja, mais da metade dessas mortes. Neste ano de 2008, que mal começou, registram-se 14 assassinatos e 13 suicídios entre os Kaiowá-Guarani. A solução para este tipo de violência não será encontrada em estudos psicológicos, antropológicos, teológicos, que escrutinam os sujeitos e nele buscam os desajustes sociais. A

solução será decorrência de um adequado tratamento a estes povos, assegurando-lhes a posse de suas terras, a restauração de condições ambientais, o estabelecimento de relações respeitadas com eles, enfim, o cumprimento das garantias estabelecidas na Constituição. Neste caso, não se espera do governo brasileiro mais do que o cumprimento de suas obrigações, sem subterfúgios, colocando a vida dos povos indígenas como uma prioridade que não se negocia por razões econômicas e políticas.

#### **IHU On-Line - Há um conflito permanente acerca da demarcação de terras indígenas. Qual é a maior dificuldade para demarcá-las?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - As terras indígenas sempre foram objeto de cobiça por parte de setores econômicos da sociedade aliados aos governos em todos os âmbitos. Ao longo de toda a história do Brasil, foi desencadeado um processo de exploração das terras, de seus recursos ambientais, minerais e hídricos. Aquelas populações que estivessem na ocupação de áreas de interesse destes setores eram obrigadas a ceder e entregar as terras para exploração. Quem se negava a efetuar a entrega era perseguido e paulatinamente expulso. No que se refere aos povos indígenas, a violência foi extrema. Povos dizimados, populações removidas e confinadas em pequenas reservas, genocídio e etnocídios foram praticados. Hoje, não é muito diferente. A terra é uma ambição pelo seu valor comercial, pelas riquezas estratégicas que nelas se encontram, ou pelo seu potencial agrícola e agropecuário. E aqueles que sobre estes espaços economicamente importantes estão asentados precisam ser removidos. Os povos indígenas que têm direitos constitucionais sobre as terras que tradicionalmente ocupam são vistos ainda como entraves, empecilhos ou, como o próprio presidente da República se referiu a eles, são “penduricalhos que precisam ser removidos”. E é com essa concepção que se pratica o indigenismo oficial, colocando em primeiro plano os interesses econômicos, desenvolvimentistas, que se baseiam na exploração das terras e na acumulação

de bens e capitais, e em segundo plano os direitos individuais e coletivos.

#### **IHU On-Line - Qual seria a saída mais pacífica para a questão dos territórios das reservas indígenas, como a que se vê nas disputas em Raposa Serra do Sol?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - Na verdade, não existe uma alternativa mais ou menos pacífica no que se refere à demarcação de terras indígenas. O que está estabelecido, de um lado, é o direito que os povos indígenas têm e que necessariamente devem ser assegurados e respeitados. Do outro lado, há aqueles interesses e interessados na lucratividade das terras. Os direitos e os interesses se confrontam e cabe ao poder público a solução do “conflito”, ou seja, demarcar as terras, afastar os invasores, indenizar os ocupantes de boa fé e proteger e fiscalizar as terras demarcadas. Aquelles insatisfeitos, se agirem violentamente e na ilegalidade, devem ser responsabilizados pela prática de crimes. Vale aqui ressaltar que estas terras, depois de demarcadas, serão para o usufruto exclusivo do povo a que determinada demarcação corresponder e a propriedade da terra é da União. Portanto, a União é a dona da área, e os povos indígenas não poderão vender, doar, alienar, arrendar estas terras, ficando elas disponíveis para o seu usufruto permanente e exclusivo. Além disso, todos os títulos que incidem sobre as terras demarcadas são declarados nulos. O embate existente hoje na Reserva Raposa Serra do Sol no estado de Roraima é o exemplo mais contundente daquilo que não deve acontecer no âmbito da administração pública, do desrespeito à Constituição Federal e da impregnação de interesses políticos e econômicos no âmbito das discussões jurídicas. Portanto, se evidencia uma espécie de promiscuidade entre a política, a economia e o governo na tentativa de desqualificar os direitos imemoriais dos povos indígenas Moxixi, Wapixana, Taurepang, Ingaricó, habitantes da Raposa Serra do Sol e favorecer meia dúzia de arroteiros invasores da terra indígena.

#### **IHU On-Line - Na sua avaliação, como**

**a sociedade e o governo brasileiros poderiam tratar e proteger melhor sua população indígena?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - Acreditamos que a condição primordial para qualquer relação respeitosa que se pretenda com os povos indígenas seja a demarcação e garantia de suas terras. Não há como assegurar a vida, a cultura, a existência digna desses povos fora de seus territórios. Mas, evidentemente, esta garantia não é suficiente. É preciso estabelecer com os povos indígenas relações que tenham como ponto de partida a valorização e o respeito por suas maneiras de viver. Infelizmente, todas as referências culturais e as formas de representação que produzimos sobre os povos indígenas nos levam a pensar que eles são frágeis, menos desenvolvidos, menos cultos, menos civilizados, menos dispostos ao trabalho, e que suas culturas são primitivas, menos complexas, menos valiosas. Tudo isso precisa ser problematizado. A grande questão é que somos impelidos a pensar a existência indígena em função de nossa própria existência. Neste caso, afirmamos a tolerância para com eles, mas nunca nos perguntamos quem somos nós para tolerar, aceitar ou permitir que eles vivam do modo que desejarem. Em outras palavras, quando dizemos que devemos tolerar suas formas de vida, estamos afirmando uma relação de poder na qual nós é que determinamos o que pode e o que não pode ser. Nós é que damos as cartas, como, aliás, sempre fizemos. E aí somos impelidos a pensar na riqueza e variedade das culturas indígenas como contribuições para a nossa própria cultura, destacando o seu exotismo, a sua vitalidade, os conhecimentos medicinais, o uso terapêutico das plantas etc., como coisas que podemos com eles aprender.

**Refletir sobre nossas “verdades”**

Um bom começo para repensarmos as bases dessa relação seria reconhecermos que os povos indígenas possuem suas formas próprias de viver, e isso independe de nossa aprovação, aceitação ou tolerância. De nós, eles não esperam mais do que o respeito aos seus direitos, aos seus

bens territoriais e culturais. E, para que possamos construir relações menos preconceituosas, menos etnocêntricas, também consideramos necessário empreender uma grande revisão nas formas como contamos a história brasileira, no modo como produzimos uma narrativa que posiciona os povos indígenas de maneira subordinada. Ainda falamos em “descobrimiento do Brasil”, apesar de sabermos da infinidade de culturas e povos que aqui viviam antes da chegada dos europeus; ainda aprendemos sobre um suposto “encontro harmonioso” entre índios, negros e brancos, quando referimos a “origem” do povo brasileiro, mesmo sabendo que o que se seguiu foi um grande genocídio; ainda colocamos os povos indígenas em um lugar subor-

**“É inegável que povos indígenas resistiram. Se não fosse assim, teriam sido exterminados ou integrados ao longo desses mais de 500 anos”**

dinado, como uma parte (fraca) na produção dessa nação. Refletir sobre essas e outras “verdades” que aprendemos a reconhecer como legítimas e incontestáveis é uma tarefa urgente que devemos assumir. Também é importante pensarmos nos modos como construímos imagens sobre os povos indígenas no cotidiano, na televisão, no cinema, nas piadas, nos jornais, nas revistas, na literatura, nos livros didáticos e em outros meios. Em geral, produzimos representações genéricas, descontextualizadas que, de um lado, homogeneizam e esvaziam o sentido das práticas culturais indígenas e, de outro, celebram um certo exotismo e um purismo que nos faz suspeitar que os índios que encontramos no dia-a-

dia estejam “deixando se ser índios”. Ou seja, inventamos uma imagem de índio para nós mesmos e acreditamos tanto nela que consideramos inaceitável que os povos indígenas sejam diferentes, vivam diferente, pensem diferente daquilo que inventamos como sendo o “natural” para eles.

**IHU On-Line - A Constituição brasileira está fazendo 20 anos. O que ela representou para os índios, com relação a seus direitos e deveres?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - A Constituição reconhece aos povos indígenas um conjunto de direitos. Destaca-se, de maneira especial, a mudança na perspectiva de relacionamento com estes povos, ou seja, não mais a integração como meta, mas o reconhecimento de suas culturas, línguas, crenças, formas de organização e a atribuição de responsabilidade direta ao Estado brasileiro pela proteção e respeito aos bens materiais e culturais indígenas. Um marco fundamental, na Constituição, é o reconhecimento da pluralidade étnica e do protagonismo indígena, especialmente no âmbito das políticas públicas. No entanto, é importante ressaltar que, a partir da Constituição, o Congresso já deveria ter aprovado um novo Estatuto dos Povos Indígenas. Neste sentido, tramita um Projeto de Lei há mais de 14 anos. O que nos leva a considerar que, por parte dos poderes executivo e legislativo, não existe efetivamente um interesse em assegurar a consecução dos direitos dos povos indígenas. Muitas coisas foram realizadas desde 1988, mas elas têm se direcionado muito mais à assistência do que à garantia efetiva das condições de vida indígena.

**IHU On-Line - Alguns projetos de lei sugerem a criação de cotas para índios em concursos públicos e em universidades. Qual é a importância dessa questão para os indígenas?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - Inicialmente, é importante registrar que, para alguns povos indígenas, a escola é uma realidade muito antiga. A escolarização foi implantada como estratégia para a integração indígena e, posteriormente, passou a ser assumida em diferentes contextos como ferramenta de luta, a serviço dos interesses dos próprios

índios. Nestes contextos, é comum a reivindicação da oferta de educação escolar como forma de garantir que eles tenham seus próprios enfermeiros, professores, e também médicos, advogados e pesquisadores. É uma reivindicação antiga a existência de cursos de ensino superior destinados especificamente aos povos indígenas, fato que se concretiza em alguns estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Roraima, por exemplo, com a criação de cursos de licenciatura Mura, Guarani, Macuxi, entre outros. De uma maneira geral, o acesso à universidade, para os povos indígenas, se dá através dos cursos já instituídos, nos quais eles ingressam depois de prestarem vestibular. A reivindicação de cotas não supõe a supressão das formas de avaliação e de seleção. O que se reivindica é o estabelecimento de algumas condições que levem em conta as diferenças. Neste sentido, as cotas seriam estratégicas para assegurar as mesmas condições de realização desta seleção, para pessoas que vêm de realidades diferenciadas.

**IHU On-Line - Se partíssemos de um “perspectivismo amazônico”, como alguns estudiosos propõem, que análise o índio faria da realidade da atual “sociedade branca civilizada”?**

**Roberto Liebgott e Iara Bonin** - Em primeiro lugar consideramos importante registrar que não é possível pensar numa “perspectiva do índio” para “ler” a nossa cultura, simplesmente porque “o índio”, essa invenção genérica, única, invariável, só existe em nossas representações. Seria então necessário falarmos de “uma perspectiva Guarani”, “uma perspectiva Kaingang”, “uma perspectiva Guajajara”, “uma perspectiva Ticuna”, e assim por diante. O que desejamos ressaltar é que não existe uma cultura indígena universal, com categorias que poderíamos conhecer, ordenar, estruturar e colocar “sob controle”. O que existe são culturas, no plural, cada uma construindo e reconstruindo continuamente suas visões de mundo, suas crenças, suas condutas, práticas culturais, e formas de relacionamento com as outras culturas. Neste sentido, podemos considerar alguns argumentos utilizados por índios de um determinado povo,



## “A intolerância estabelecida contra os povos indígenas se evidencia sempre que terras indígenas são reivindicadas para a demarcação”

especificamente daqueles com os quais tivemos a possibilidade de conviver. Temos ouvido, ao longo desses anos, diversas afirmações contundentes de indígenas, acerca de nossa sociedade. Talvez a mais perturbadora interrogação que alguns deles nos fazem seja a seguinte: “Como podem deixar suas crianças morrer de fome, quando se produz tanto alimento? Como podem ver suas mulheres e crianças revirando latas de lixo, pedindo esmolas, sendo que se produzem tantas riquezas?”. E a essa interrogação segue-se, muitas vezes, a afirmação: “Por isso, nós lutamos para ter nossas terras demarcadas. Não quero ver meu povo sofrendo, solto por aí, porque no mundo dos brancos não tem lugar nem para os próprios brancos”.

### Uma cultura coerente

De muitas maneiras, essas pessoas com as quais trabalhamos insistem que suas formas de vida, seus conhecimentos, suas organizações sociais não são “simples”, nem “primitivas”, nem “precárias” ou “ultrapassadas”, como se costuma pensar, mas que possuem coerência, consistência, força, racionalidade, dinamicidade. E esses ensinamentos não se dão em momentos formais, mas em conversas cotidianas,

em histórias relatadas, em explicações e aconselhamentos dos anciãos, no dia-a-dia dessas vidas que, para a maioria dos índios no Brasil hoje, ocorre em interação com espaços urbanos. Ao confrontar alguns dos estereótipos que produzimos sobre eles, os povos indígenas manifestam também, de certo modo, suas impressões sobre nossa sociedade e sobre nossa cultura. Cabe-nos, então, a crítica radical às formas pelas quais colocamos em ação mecanismos (acadêmicos, midiáticos, jurídicos, políticos) que subordinam as culturas indígenas. Um bom começo é prestar mais atenção aos modos como nos referimos a eles, e reconhecer então que a maioria dos estereótipos que produzimos serve para nos tranquilizar, confirmar nossa suposta superioridade, nossa convicção de que sempre estamos certos e que o problema está nos outros. Basta ver como facilmente nos sentimos autorizados a definir quem são os índios, onde devem viver, como devem viver, o que podem desejar para seu futuro, o que nos leva a pensar que os direitos indígenas são uma espécie de concessão ou dádiva de nossa sociedade para com as deles, ou ainda como inaceitável tipo de privilégio e, por conseguinte, continuamente questionado.

## “Os direitos dos índios são direitos de papel”

Segundo o professor Maucir Pauletti, “infelizmente, a Funai só pega no tranco”

POR GRAZIELA WOLFART

“**P**elos longos anos de contato com este povo, tenho certeza absoluta de que os casos de suicídio estão ligados à questão fundiária”, constata, veementemente, o professor Maucir Pauletti, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Na entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele fala sobre a forma como os índios lidam com as leis e convenções do homem branco: “Por medidas de força são obrigados a cumpri-la. Não é o mundo deles! Não é a lógica cultural que eles entendem. Questionam a demora, as injustiças institucionalizadas e as razões de só os fazendeiros ganharem as ações. Enquanto não se criar uma mentalidade diferente e que seja capaz de compreender todo este universo de culturas diferentes, isso não muda”. Professor do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, Maucir Pauletti é também coordenador da Comissão Permanente das Condições de Trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul. Ele possui graduação em Filosofia e Direito, pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, e mestrado em Direito Econômico, pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Confira outra entrevista que ele nos concedeu, publicada no sítio do IHU em 24-10-2006, sobre o trabalho indígena nos canaviais do Mato Grosso do Sul.



DIVULGAÇÃO

**IHU On-Line - Para começar, há um conflito permanente acerca da demarcação de terras indígenas...**

**Maucir Pauletti** - Sim! Neste Estado do Mato Grosso do Sul não há mais espaços vazios e há muito tempo. Portanto, sempre que os índios foram expulsos à força de suas terras, nos últimos 50 ou 60 anos, eles reivindicam o retorno a elas, pois se tratam de terras públicas de uso coletivo. Desse modo, o problema está instalado. Hoje, a reação dos fazendeiros é cada vez mais organizada e violenta. Estão ocorrendo vários assassinatos de lideranças que brigam por suas terras.

**IHU On-Line - Como funciona o processo de demarcação e qual é a maior dificuldade para demarcar as terras?**

**Maucir Pauletti** - O processo demarcatório sempre se inicia pela reivindicação dos índios, por iniciativa da Funai

ou por qualquer outro meio que esteja sedimentado na necessidade de uma comunidade ou um grupo de índios ter de volta seu patrimônio perdido para o não-índio. A maior dificuldade está em se reconhecer este direito ao índio, pois todas estas terras estão devidamente registradas como de terceiros, e a briga em relação a isso é cada vez maior e mais violenta.

**IHU On-Line - Quais são as questões jurídicas que estão implicadas nessa questão e como o poder judiciário tem contribuído para a solução desses conflitos?**

**Maucir Pauletti** - Instaurado o processo demarcatório, surgem dois donos para o mesmo pedaço de chão. Qual direito deve prevalecer? Em regra, o do fazendeiro, pois ele tem o título e a posse. Mas e como o índio fica? Este é o grande dilema a ser enfrentado

nesta problemática. O judiciário, tradicionalista, pouco ajuda, pelo menos nas primeiras instâncias. Pois as decisões são sempre, ou quase sempre, favoráveis aos fazendeiros. O Ministério Público Federal tem sido muito importante nestas atuações, e tem revertido alguns julgamentos contrários aos índios.

**IHU On-Line - Qual seria a saída jurídica mais pacífica para a questão dos territórios das reservas indígenas, como a que se vê nas disputas em Raposa Serra do Sol?**

**Maucir Pauletti** - A curto prazo, não vejo muitas alternativas, pois os fazendeiros de posse de seus títulos irão brigar (e muito) para defenderem seus direitos, onde quer que esteja sendo travada essa batalha. Penso que se os estados federados puderem assumir o pagamento das benfeitorias e até par-

te do valor das terras nuas, visto que foram eles que, em grande parte dos casos, venderam o que não podiam ter vendido por ser patrimônio indígena, então, hoje, nada mais justo do que arcarem com este ônus de pagar estas situações. Isto vale para o caso Raposa Serra do Sol. O estado permitiu que proprietários se instalassem nestas áreas e agora quer retirá-los sem pagá-los? Isso é muito complicado. Penso que é dever do estado arcar com os erros cometidos ao longo dos tempos.

**IHU On-Line - Quais são os principais conflitos e dilemas culturais que os índios sofrem em relação à questão da terra?**

**Maucir Pauletti** - A discriminação é o ponto mais complicado, pois há um consenso criado pelos donos do poder de que “é muita terra para pouco índio” e o que vão fazer com tanta terra. Além disso, há dois anos estão ocorrendo assassinatos das principais lideranças. Isso vem esfriando por parte de algumas lideranças o enfrentamento, mas, ao mesmo tempo (e em grupo), há a reação que foi taxada pelo governador em exercício e deputado estadual Jeferson Domingos de “risco de uma carnificina” se continuarem as situações postas.

**IHU On-Line - Pela sua experiência com os Kaiowá-Guarani, as populações indígenas confiam na lei do homem branco? Quais são as bases da “lei” dos povos indígenas?**

**Maucir Pauletti** - Não! Mas por medidas de força são obrigadas a cumpri-la. Não é o mundo deles! Não é a lógica cultural que eles entendem. Questionam a demora, as injustiças institucionalizadas e as razões de só os fazendeiros ganharem as ações. Enquanto não se criar uma mentalidade diferente e que seja capaz de compreender todo este universo de culturas diferentes, em todas as partes, que direta ou indiretamente atuam nestas ações, pensando diferente, e produzindo diferente, isso não muda. Os índios têm direitos, mas esses são apenas de papel, pois falta efetividade e boa vontade nos julgadores. São mundos diferentes e percepções dife-

**“O estado permitiu que proprietários se instalassem nestas áreas e agora quer retirá-los sem pagá-los? Isso é muito complicado. Penso que é dever do estado arcar com os erros cometidos ao longo dos tempos”**

rentes. Enquanto nosso sistema não permitir isso, estes direitos não passam de direitos de papel.

**IHU On-Line - Como o senhor avalia a postura da Funai e do governo brasileiro na condução dos conflitos de terra e de propriedade para as populações indígenas?**

**Maucir Pauletti** - A Funai só pega no tranco, infelizmente. Não tem uma postura firme em relação aos povos indígenas no que tange a questão da terra. É claro que esta observação é sistêmica, pois há pessoas dentro da Funai que estão interessadas, mas carecem de tudo para atender às demandas apresentadas pelos índios e suas comunidades. Isso responde parte da segunda indagação quanto à posição do governo. A política, infelizmente, fala mais alto. E, como não há mais grandes áreas para serem demarcadas, surgem os problemas que estão sendo empurrados com a barriga anos a fio. Chegamos ao momento de se dar em definitivo uma posição. Vamos ver o que irá acontecer! Estou ansioso para ver, mas sem muita esperança.

**IHU On-Line - O senhor acha que possa haver alguma relação entre o conflito de terras e de culturas e o grande número de suicídios entre os índios que temos acompanhado recentemente?**

**Maucir Pauletti** - Pelos longos anos de contato com este povo, tenho certeza absoluta de que os casos de suicídio estão ligados à questão fundiária. As crianças, que protagonizam o maior número de suicídios, chegam na idade de se casarem e não há mais espaço para saírem de casa e construírem sua vida, como a cultura prevê. O que encontram como alternativa é o trabalho fora das aldeias, mas que provoca o adiamento de determinadas posições que, dentro da cultura, são naturais. Se o índio casar, vai passar bom tempo longe da mulher, o que é outro problema dentro da cultura em que a mulher decide a relação. A resposta é simplória, pois demandaria muitas outras reflexões, mas, pelo menos, sinaliza onde está o problema. O ideal seria que eles tivessem espaço para a subsistência e para a efetivação dos valores e das etapas culturais, algo que, infelizmente, hoje está cada vez menor e como consequência atropela tudo, inclusive a estrutura familiar. Por uma questão de sobrevivência, as aldeias estão sendo povoadas por crianças e mulheres na grande parte do tempo. Futuramente, veremos as consequências disso. Quais? Não sei ainda.

**IHU On-Line - O que caracteriza a mão-de-obra indígena em relação à mão-de-obra do homem branco? Como o índio se sente nessa relação de remuneração em dinheiro em troca de seu trabalho?**

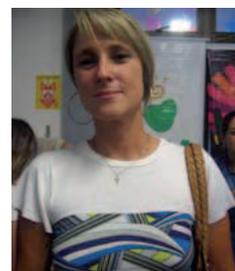
**Maucir Pauletti** - Os índios são muito procurados pelas usinas, pois são bons trabalhadores. Hoje, perto de 8000 índios devem estar trabalhando nas usinas do Mato Grosso do Sul. Como o índio se sente? Vejo que é absolutamente normal, não há diferença e a carteira de trabalho deu-lhe acesso ao crédito. Ele fica encantado com esta possibilidade, pois está tendo acesso a bens de consumo que antes não podia comprar. Portanto, vejo que ele encara isso com muita naturalidade e não abre mais mão deste benefício.

## “O índio é um sujeito que foi vitimado pelo processo colonial, o que não o inviabiliza de ser sujeito”

Paula Caleffi fala sobre a importância do respeito pela diversidade cultural indígena

POR GRAZIELA WOLFART

Sobre a origem da imagem construída do índio em nossas sociedades, a professora e pesquisadora Paula Caleffi acredita que “temos um pouco a idealização das populações indígenas como populações que seriam a infância da humanidade. Seriam populações que pertenceriam a outro tempo, não o tempo presente, e que teriam dado origem a populações mais avançadas, mais evoluídas, como a civilização ocidental”. Em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line, Paula identifica hoje “um uso político dessa idealização do índio”. Deslegitimando a existência de uma identidade indígena, “não precisa haver atribuição de terras, nem preocupações sociais com essa parcela importante da sociedade brasileira”, afirma. Paula Caleffi possui graduação em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e doutorado em História da América, pela Universidad Complutense de Madrid (1990). É professora da Unisinos e, atualmente, diretora da Unidade Acadêmica de Graduação Unisinos. Confira a entrevista:



DIVULGAÇÃO

**IHU On-Line - Qual é a contribuição dos povos indígenas para a construção da identidade latino-americana? Como a senhora descreve essa identidade a partir da cultura indígena?**

**Paula Caleffi** - As identidades sempre são vistas frente a aspectos maiores. Se estivermos na Europa ou na Ásia, existe *uma* identidade latino-americana. Se olharmos a partir do Brasil ou de Porto Alegre, existem outras identidades, que não se contrapõem, mas se somam. Então, sim, existe uma identidade latino-americana e a contribuição das culturas indígenas é diversa nessa questão. O brasileiro, por exemplo, se sente latino-americano quando está fora do continente “América Latina”, e sente muito pouco a contribuição indígena na formação da sua identidade. Enquanto isso, em países como o Equador e a Bolívia, a contribuição é mais forte, pois neles a própria questão numérica indígena é

maior. Temos teóricos ocidentais brasileiros que levantaram a questão das três raças (europeu, escravo e indígena), compondo uma identidade brasileira. Mas essa é uma visão intelectual sobre a formação do povo brasileiro.

**IHU On-Line - Como a historiografia latino-americana tem contribuído para o registro da cultura e da história das populações indígenas?**

**Paula Caleffi** - A historiografia especializada tem contribuído bastante. Tem-se avançado muito sobre o paradigma da diversidade cultural, do respeito à diversidade cultural, e essa é uma bibliografia que está muito bem nas suas linhas de análise e na sua contribuição em relação ao reconhecimento da diferença e da necessidade de cidadania das populações indígenas. No entanto, temos um outro tipo de bibliografia não especializada, mais trabalhada por leigos ou uma bibliografia de di-

vulgação. Essa, infelizmente, é ainda permeada por preconceito e desconhecimento do que é uma diversidade cultural, uma convivência entre povos com diferentes culturas.

**IHU On-Line - Como entender o processo de “idealização dos indígenas e de suas sociedades”, e sua “não aceitação enquanto sujeitos históricos”? Qual é a origem da imagem indígena que foi construída em nossa sociedade?**

**Paula Caleffi** - O índio é um sujeito que foi vitimado pelo processo colonial, o que não o inviabiliza de ser sujeito. Ele sempre releu o processo colonial a partir do seu paradigma cultural. Temos um pouco a idealização das populações indígenas como populações que seriam a infância da humanidade. Elas pertenceriam a outro tempo, não ao tempo presente, e teriam dado origem a populações mais avançadas, mais evoluídas,

como a civilização ocidental. Em realidade, essa é uma percepção de que a cultura é cristalizada e não é assim. A cultura é um processo. Esses indígenas que aqui estão também evoluíram e modificaram sua cultura, assim como a cultura ocidental se modificou. Eles são sujeitos contemporâneos. Atualmente, é feito um uso político dessa idealização do índio. Os indígenas que hoje coexistem conosco não têm reconhecida a sua identidade. As pessoas colocam a identidade em cima dos elementos de divertimento, afirmando que, por exemplo, o índio não anda mais nu. Bom, o índio não anda mais nu porque se ele andar será preso, pois está convivendo com uma outra cultura. Então, as pessoas deslegitimam a existência de uma identidade indígena, nesse sentido. Assim sendo, não precisa haver atribuição de terras nem preocupações sociais com essa parcela importante da sociedade brasileira que é a parcela indígena.

**IHU On-Line - Como todas as culturas são mutantes, quais são os caminhos para que os índios evoluam culturalmente, mas preservem os traços culturais das suas tribos?**

**Paula Caleffi** - Essa é muito mais uma preocupação não-indígena do que indígena. Para eles, a questão da manutenção da identidade é algo muito tranquilo. Eles olham para o mundo a partir de uma teia de significados culturais original, que não é a nossa. E também há diferenças entre as culturas indígenas. Os Kaingang têm uma teia de significados culturais. Os Guarani têm outra, assim como os Terena. As populações indígenas também são diferentes entre si. O que é importante para elas e para todas as pessoas é que tenham assegurada a cidadania e as condições básicas para uma vida digna. Ou seja, acesso à educação, à saúde, à terra. Havendo essas condições básicas de vida, as populações indígenas irão muito bem, seguindo seus próprios cursos e suas próprias leituras de realidade.

**IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre as missões religiosas com os índios da América Latina? Em que medida elas interferiram na cultura dos índios?**

**Paula Caleffi** - Não podemos fazer uma análise das missões religiosas com a ca-

**“Temos um pouco a idealização das populações indígenas como a infância da humanidade. Elas pertenceriam a outro tempo, não ao tempo presente, e teriam dado origem a populações mais avançadas, como a civilização ocidental. Essa é uma percepção de que a cultura é cristalizada e não é assim. A cultura é um processo”**

beça que temos atualmente. Precisamos entendê-las no momento histórico da época. Elas foram importantíssimos instrumentos das coroas ibéricas e propiciaram um terceiro espaço de vida para os indígenas. Aqui, no caso, falo das Missões Guarani. De um lado, temos, no Império Colonial Português, a instituição da escravidão indígena, e, do outro lado, no Império Colonial Espanhol, a instituição da *encomienda*.<sup>1</sup> Essas instituições não estão preocupadas nem com a manutenção da cultura nem com a manutenção do corpo físico do indígena. Elas olham o indígena exclusivamente como mão-de-obra. Na formação dessas fronteiras, entra uma terceira possibilidade de vida para esses indígenas, que são as Missões Jesuíticas. Ela eram muito mais amenas, com uma negociação de aspectos de civilização que se trazia da Europa e que os jesuitas na época consideravam que iriam qualificar a vida do indígena, mas também não desnaturalizando totalmente as questões indígenas, como a própria língua guarani, que era falada nas missões.

**IHU On-Line - Ao observar os costumes dos índios, o que a senhora mais aprendeu sobre a forma de eles se relacionarem entre si, com a natureza e com os outros (no caso com o homem branco)?**

**Paula Caleffi** - Os povos indígenas são populações sem escrita. Essas populações trabalham a partir da transmissão oral das suas tradições. Nessa trans-

missão oral e nesse cosmos por eles vivenciados, não existe divisão entre sagrado e profano. Então, o aprendizado é geral. Mas aprendi com eles como é possível olhar para o mundo e entendê-lo de uma forma diferente da nossa. Pude entender que existe um mundo totalmente sacralizado, que não é dividido entre sagrado e profano, no qual as tradições orais são absolutamente respeitadas e a memória (e, por consequência, os anciãos) tem um papel importantíssimo. O principal aprendizado é que a civilização e a cultura ocidental não criaram nem a única forma de entender o mundo nem a forma mais importante.

**IHU On-Line - A senhora coordenou a gravação de um CD com um coral de crianças guaranis. O que guarda de mais fascinante desse trabalho? Qual é a importância da música e do canto para as populações indígenas? Há alguma relação com a espiritualidade, a mística e a fé?**

**Paula Caleffi** - Toda a música guarani é transmitida, não tem autoria. A música é “recebida” por algum índio dos ancestrais, dos heróis culturais, e é tecida em uma outra instância, que não a nossa instância do corpo físico, sendo transferida para as populações indígenas que estão nesse momento materializadas na terra. A música é da instância do sagrado. Uma vez, em conversa com os Guaranis, eles disseram que os ancestrais deles, que não estão nesse mundo, estão numa terra onde se canta todo o tempo. Então, a ideia do paraíso do Guarani é a de um lugar onde a música é permanente.

<sup>1</sup> A *encomienda* era uma forma de trabalho compulsório indígena, realizado nas zonas rurais, no qual a força de trabalho era trocada pela catequese. (Nota da IHU On-Line)

## Índio e “homem branco”: duas humanidades diferentes que se encontraram em determinado tempo e espaço

Na opinião do sertanista Sydney Possuelo, a atual política indigenista brasileira está distorcida, distanciando-se dos interesses das populações indígenas

POR GRAZIELA WOLFART

“**S**ó se formam cidadãos respeitando-se os princípios que estão estabelecidos na constituição e nos direitos humanos; o respeito ao diferente; a solidariedade aos mais desprotegidos e justiça aos que viram tombar seus antepassados em defesa de suas terras imemoriais. A nossa sociedade foi arquitetada para nós, digo, os brancos. Ela não abre espaço para vários segmentos que a compõe, principalmente os povos indígenas.” A afirmação é de Sydney Possuelo, renomado indigenista e sertanista brasileiro. Ele aceitou conceder a entrevista que segue, por e-mail, para a **IHU On-Line**, onde fala sobre a situação dos povos indígenas brasileiros e sobre os conflitos envolvendo os índios e o “homem branco”. Sydney Ferreira Possuelo iniciou sua formação em São Paulo, aos 17 anos, trabalhando com os sertanistas brasileiros Cláudio e Orlando Villas Boas. Foi nomeado presidente da Funai em 1991, onde trabalhou até 2006. Voltou sua gestão para a demarcação de terras, sobretudo dos Yanomami, e estabeleceu forte diálogo entre o governo e organizações não-governamentais, convocando ativistas para compor seus quadros e firmando parcerias com essas entidades. Já foi chamado “guardião dos povos invisíveis” por seus mais de 40 anos dedicados à causa dos povos indígenas isolados na Amazônia. Ele pode ser visto no documentário *Serras da desordem*, de Andrea Tonacci, que aborda a tragédia vivida pelo índio Carapiru, único sobrevivente do massacre de seu grupo familiar, em 1977, tornando-se nômade até ser encontrado por Sydney Possuelo e Wellington Gomes Figueiredo. Sobre o filme, foi publicado o artigo “Um olhar contra a violência”, de André Dick, doutor em Literatura Comparada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e revisor das publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. O material integra a edição número 256, intitulada *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, e também pode ser conferido na nossa página eletrônica: [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

**IHU On-Line - Como o senhor avalia a política indigenista brasileira e os órgãos de apoio aos índios (Funai, Cimi etc.)?**

**Sydney Possuelo** - Há uma incoerência na política do governo quando ele, tendo uma Fundação Nacional do Índio, a sufoca quase à exaustão, não lhe repassando orçamento, não efetuando novas contratações, ao mesmo tempo em que

distribui bilhões a organizações não governamentais, as quais têm sido alvo de CPI para investigar a lisura na aplicação dos recursos. O conjunto das disposições legais que determinam a política indigenista brasileira sempre foi visto como um dos mais avançados nas Américas. Entretanto, atualmente a política aplicada está distorcida, distanciando-se dos interesses das populações indígenas.

**IHU On-Line - Como entender a postura do Exército brasileiro em relação às terras indígenas já demarcadas pelo governo? Qual é a dificuldade de entender que demarcar a terra dos índios não fere a soberania nacional?**

**Sydney Possuelo** - Talvez porque, quando se passa a vida inteira ao lado das armas, passamos a acreditar que

## “Raras são as grandes extensões de propriedades particulares cujas origens não estiveram envolvidas com violência e grilagem de terras”

elas, ou sua força, são a solução para todas as divergências.

**IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre o que vem acontecendo em Raposa Serra do Sol? O governo tem agido da melhor maneira? Como entender a atitude dos arroteiros, que insistem em não sair de uma terra que não é deles? E como os índios se sentem nessa situação?**

**Sydney Possuelo** - O governo demorou muito para demarcar a terra indígena e o tempo que passa, por omissão, descaso, ou pela eterna morosidade da justiça, ou dos entraves que os políticos arquitetam, trabalham sempre a favor dos não-índios, fornecendo-lhes tempo para consolidarem suas invasões e se justificarem. Raras são as grandes extensões de propriedades particulares, cujas origens não estiveram envolvidas com violência e grilagem de terras. É por isso que os chamados “brancos” não querem deixar as terras que não lhes pertencem, porque acreditam que o processo acima descrito lhes será favorável.

**IHU On-Line - Em que sentido a demarcação da reserva dos Yanomami pode servir de exemplo para o que vem acontecendo em Raposa Serra do Sol?**

**Sydney Possuelo** - Como presidente da Funai, conduzi o mais intenso e substancial processo de demarcação de terras indígenas até então efetuado. Num ano, conseguimos duplicar a superfície das terras indígenas no Brasil. Buscávamos cumprir a Constituição de 1988 que, como as anteriores, determinava que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas no prazo máximo de cinco anos. Passaram 16 anos após as demarcações e a terra Yanomami e a Amazônia continuam tão brasileiras como antes, apesar de que, quando a demarcávamos, a gritaria era exatamente igual e efetuada pelos

mesmos que hoje não querem demarcar Raposa Serra do Sol.

**IHU On-Line - Quais são os caminhos para garantir a cidadania e a dignidade aos povos indígenas? Enquanto isso não acontece, quais as consequências psicológicas que os índios sofrem?**

**Sydney Possuelo** - Só se formam cidadãos respeitando-se os princípios que estão estabelecidos na Constituição e nos direitos humanos; o respeito ao diferente; a solidariedade aos mais desprotegidos e justiça aos que viram tombar seus antepassados em defesa de suas terras imemoriais. A nossa sociedade foi arquitetada para nós, digo, os brancos. Ela não abre espaço para vários segmentos que a compõem, principalmente os povos indígenas.

**IHU On-Line - Em que aspectos os índios mais podem ensinar o “homem branco”, pensando sobre a forma de lidar com a natureza e com o poder/dinheiro? Quais as maiores divergências culturais entre índio e “homem branco”?**

**Sydney Possuelo** - Vários “antigos” diziam que são duas humanidades diferentes que se encontraram em determinado tempo e espaço. Penso que compete a mais forte, a que se diz mais “inteligente e civilizada”, a atitude ponderada, o estender a mão, a iniciativa de conciliação, a solidariedade e o gesto de justiça.

**IHU On-Line - O senhor escreveu recentemente que “estaremos na contramão da história se não reconhecermos os direitos dos povos que precederam a invenção dos brasileiros”. Qual é a origem da construção histórica que se fez dos povos indígenas? Como se formou a imagem dos índios que aprendemos na escola?**

**Sydney Possuelo** - Os conquistadores justificaram suas atitudes durante a

conquista da América através de um mar de preconceitos infundados que forneciam o respaldo moral para a extrema violência que empregaram. Com o passar do tempo, fomos incorporando na sociedade que então se iniciava os estereótipos que durante a conquista a Coroa e depois a República, sempre com a participação da Igreja Católica, ajudaram a difundir. Faz alguns anos que o Canadá devolveu ao povo indígena Inuit a extensão de dois milhões de Km<sup>2</sup> no Território do Noroeste do Canadá. O que me chamou a atenção foi um pedido de desculpa que acompanhou a devolução. O governo canadense pediu desculpas pela violência e pelas injustiças que haviam sido cometidas contra aqueles povos durante a conquista. Mais recentemente, o governo da Austrália procedeu da mesma forma e, através de seu Primeiro Ministro, apresentou um formal pedido de perdão aos aborígenes australianos. Observe como são tratados os povos autóctones da Nova Zelândia, pelos quais o povo e governo têm admiração e respeito. Enquanto isso, aqui, do outro lado do mundo, estamos cada vez mais na contramão da história, negando aos povos indígenas as suas terras tradicionais e, ainda, lamentavelmente, matando-os a tiros como aconteceu recentemente na região de Roraima.

**IHU On-Line - O que de mais marcante o senhor aprendeu com a experiência ao lado do índio Carapiru? O que a história dele lhe ensinou de mais significativo sobre os povos indígenas e sobre como os “outros” se relacionam com o índio (e vice-versa)?**

**Sydney Possuelo** - Carapiru é uma lição de vida. Seu drama é tão triste como o de Jó. Perdeu todas as referências da sua vida e ficou condenado vagando solitário, por dez anos, na selva. Carapiru, despojado de tudo, sem ter absolutamente nada mais do que seu arco e sua flecha, não se entregou ao desespero, não ficou demente, não cometeu vilanias ou atrocidades. Antes, manteve-se tranquilo e procurou viver como que lembrando a todos nós que o nosso bem maior é a vida e tudo mais é efêmero e passageiro.

## Esperança? Só quando alguém nutrir respeito pelo que é humano

O sertanista Wellington Gomes Figueiredo dá seu depoimento sobre os dilemas culturais dos povos indígenas brasileiros

POR GRAZIELA WOLFART

O drama vivido pelo índio Karapiru se repete com outros grupos indígenas, neste exato momento em que você lê esta afirmativa. E não é força de expressão. É real! Enquanto os grupos indígenas, que se renderam ou foram dominados, reivindicam direitos (de acesso à saúde, educação, terra e tudo que regurgita esta modernidade entendida como transformação tecnológica e suas conseqüências), os grupos indígenas que permanecem isolados vivem o angustiante dilema entre entregarem-se aos novos conquistadores ou serem dizimados por suas máquinas, que constroem hidroelétricas, estradas, campos de soja, linhas de transmissão, implantação de pastos, extração de madeiras etc.

Como entender uma sociedade na qual o direito à vida somente acontece para aqueles que podem fazer representarem-se? E o que pensar quando o grau de maior ou menor representatividade é medido pela capacidade de produzir algo, que possa servir de combustível, para alavancar mais poder, mais consumo e mais publicidade? Nesta engrenagem, certamente os índios isolados são impedidos de reivindicarem o direito de viverem!

A Funai possui uma política para índios isolados que representa uma máxima de respeito para com estes povos. E é referência para outros países. No entanto, os limitados recursos, humanos e financeiros, que são disponibilizados para as ações de garantir a integridade física destes povos, determinam quais grupos humanos de índios isolados terão as vidas poupadas.

A Funai, na situação descrita, se assemelha ao médico, que por falta de recursos materiais, tem de escolher, entre tantos enfermos, quais sobreviverão.

Há tempos, venho colocando em dúvida se vale a pena me manifestar publicamente sobre índios. Perdi o encanto! Esperança para os índios que vivem a situação experimentada pelo Karapiru? Será que só virá quando algum homem (com poder neste Brasil) nutrir respeito pelo que é humano?

## Lição dos índios: sobrevivência é o princípio de qualquer cultura

O professor e padre Pedro Ignácio Schmitz fala sobre a importância da Arqueologia para resgate da cultura indígena

POR GRAZIELA WOLFART

Durante uma longa conversa em seu gabinete, no Instituto Anchietano de Pesquisas – IAP, localizado na Antiga Sede da Unisinos, em São Leopoldo, o professor, pesquisador e padre jesuíta Pedro Ignácio Schmitz falou muito sobre o que já aprendeu em mais de 40 anos de pesquisa arqueológica acerca das populações indígenas. Ele acredita que os índios, assim como nós, se adaptam muito bem às mudanças. “As pessoas acham que os índios são bichos do mato, mas não são. Se você encontrar um índio com o seu laptop, seu telefone celular, e andando num carrão importado, ou no seu avião, não pense que ele deixou de ser índio. Ele sempre será, pois índio é identidade”. Sobre a perda da cultura, o professor Ignácio explica: “O problema que acontece com eles é que são derrotados militarmente, em termos de guerra, e, com isso, muitas vezes são derrotados em termos de valores e de sociedade. Ou eles se resignam e ficam à margem, ou pedem os novos valores”.

DIVULGAÇÃO



Pedro Ignácio Schmitz é professor e pesquisador no Instituto Anchietano de Pesquisas da Unisinos e sócio-fundador da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). É graduado em Geografia, História, Filosofia e Teologia e doutor em História. Trabalha, entre outros assuntos, com populações indígenas e missões religiosas na América Latina. Publicou e organizou 23 livros, entre eles *Çara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina* (São Leopoldo: Unisinos, 1999), *Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999) e *Casas subterrâneas nas terras altas do sul do Brasil* (São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 2002).

**IHU On-Line - Qual é a importância da pesquisa arqueológica para a descoberta das raízes da cultura indígena, no sentido de entender o índio de hoje?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - A pesquisa arqueológica é importante para mostrar como as populações que estavam aqui na América têm raízes diferentes e desenvolvimentos diferentes, através de milênios. Essas populações não têm nada a ver com o desenvolvimento da cultura nem na Europa, nem na África, nem na Ásia. Elas formam um conjunto de populações e criam suas próprias culturas autonomamente. Não há nenhuma influência marcada do resto do mundo sobre estas populações. Elas criaram, para si, as culturas que precisavam e chegaram a níveis bem altos nesse sentido. Na época do descobrimento, as maiores populações estavam na América, assim como as maiores cidades, organizações criadas por essas populações. Elas conseguiram um nível bem alto de organização em algumas regiões. Em outros lugares, ficaram com uma cultura de tecnologia menos avançada, mas suficiente para atender às suas necessidades. As maiores cidades do mundo estão, nessa época, na América, onde há muitas com cerca de 100 mil habitantes. A capital dos astecas tinha 350 mil habitantes. Enquanto isso, as cidades européias tinham 50 ou 60 mil (as maiores). Por outro lado, essas aglomerações humanas do Império Incaico tinham uma população de muitos milhões de pessoas organizadas debaixo de um único comando, uma única estrutura, maior do que as estruturas européias. Para termos uma idéia dessas populações, Portugal, no tempo do descobrimento do Brasil, tinha um milhão de habitantes. Aqui na América, nós tínhamos 15 milhões, além de todos os astecas e os maias. E no Brasil, nessa mesma época, nós tínhamos um grupo indígena, os Guarani, que teria ao menos um milhão de habitantes.

**IHU On-Line - Por que tantos na América? Pelo clima?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Eram populações humanas, inteligentes, que se desenvolveram de acordo com as suas necessidades, contingências e provoca-

ções. Então, em áreas onde havia muita provocação, como nos Andes, onde o deserto crescia muito rapidamente, as populações tinham que pensar como fazer para sobreviver. Por isso, se criaram culturas, como se criou no Egito, porque o deserto avançou, ou na Mesopotâmia. O trabalho da Arqueologia é recompor essa história e mostrar que essas populações têm uma identidade própria e seus próprios valores. Só não pôde competir com a Europa, porque este continente tinha tecnologias novas: pólvora, canhões, barcos, outras armas, cavalos. Então, essa população, que era grande, por causa de diferenças tecnológicas, ideológicas e sociais, sucumbiu frente à população européia.

**IHU On-Line - Quais as populações indígenas da época que restam até hoje?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Ainda sobra mais ou menos uma décima parte das populações que havia naquele tempo. Nós tínhamos na América mil e quinhentas línguas independentes, o maior número do mundo. Dessas, devem sobrar dez por cento. As outras desapareceram. Uma grande parte das culturas que essas populações criaram desapareceu no conflito que surgiu ao tempo da conquista. O trabalho que fazemos é mostrar que, ao lado da Europa, da África e da Ásia, nós tivemos aqui culturas que começaram há 12 mil anos, atrasadas com relação ao resto do mundo. Mas mais ou menos equiparadas ao resto do mundo, quando chegaram aqui os europeus. Essa história deve aparecer, porque eles são gente igual a todos os outros. No entanto, como há diferenças, através do tempo, em termos de tecnologias, organizações sociais e outros aspectos, populações que chegam num momento de apogeu se expandem sobre as outras populações, que vão desaparecendo. O Império Romano, por exemplo, se expandiu por toda a Europa e acabou com as populações européias. Isso se deu antes também, com o Império Persa, com Dario, que também se sobrepôs a todos. É um fenômeno normal. Só que aqui temos uma globalização muito mais forte do que do Império de Dario, do Império Romano, ou

do que outros impérios. Essa expansão européia foi muito mais avassaladora. Nesse tempo, a tecnologia permitia atravessar oceanos. Então, eles avançam em cima do mundo e fazem uma grande globalização, como essa que vivemos hoje. É o mesmo problema. Hoje em dia, quem domina o mundo são as novas tecnologias. Se você não comprar um computador novo, você está fora. Assim, todas as populações que não conseguem alcançar este nível, comprar esta nova tecnologia, ficam defasadas.

**IHU On-Line - Qual é a ideologia e os valores que essas populações indígenas cultivavam e quais são os conflitos que permanecem até hoje?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Com esse avanço da Europa, naturalmente, os valores indígenas foram postos em questão. E os próprios indígenas, muitas vezes, os puseram em questão. Existe um caso muito sério com os astecas, que eram um povo muito desenvolvido, e, quando foram derrotados, pela primeira vez, os franciscanos mostraram que eles estavam defasados. As grandes lideranças astecas pediram aos franciscanos que eles dessem as novas pautas, os novos valores. Eles mesmos pediram, porque estavam perdidos e não sabiam mais o que fazer. O mesmo aconteceu depois, com outras populações, que ficaram defasadas, não queriam mais competir e adotaram o cristianismo. Foi uma mudança de valores muito forte. Vemos isso, por exemplo, nas reduções dos Guarani. Muitas vezes, os grandes caciques já construíam uma pequena igreja no mato e mandavam chamar um missionário para que ele passasse a nova orientação. O problema que acontece com eles é que são derrotados militarmente, em termos de guerra, e, com isso, muitas vezes são derrotados em termos de valores e de sociedade. Ou eles se resignam e ficam à margem, ou pedem os novos valores.

**IHU On-Line - E como o senhor vê isso?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - É uma decisão muito importante, que pode resultar na sobrevivência ou na morte

do grupo. É lamentável essa perda da cultura, mas o primeiro valor de todos os seres humanos é a sobrevivência. Os Guarani adotaram um velho regime: viver como os antigos. Então, eles estão tentando recuperar valores que existiram antes das missões e estão vivendo isso como se fossem monges. São valores muito duros, como não comer comida de branco, não beber bebida de branco, não assumir os valores dos brancos, mas viver como os antigos viviam. É uma opção muito perigosa e corajosa também. Os Kaingang são outros índios que andam por aqui, pelo interior, mas que estão buscando permanentemente a atualização, a conquista de espaços, de territórios. Em Porto Alegre, temos o caso do Morro do Osso, onde há um conflito violento. Estive em um simpósio no ano passado sobre a origem desses grupos, e a maior parte dos participantes eram índios kaingang do Morro do Osso. Eles estão pleiteando um espaço dentro de Porto Alegre, e a coordenadora do simpósio tinha dado um parecer negativo para o pleito deles. Eles apareceram, falaram, bateram tudo o que podiam bater. É a luta, a diferença de posicionamento dessas populações. Depois que passou o primeiro conflito, o primeiro desânimo, o primeiro desespero, a maior parte dos grupos está outra vez se afirmando como índios, e não só como índios genéricos, mas como índios Kaingang ou Mbya. No Mato Grosso do Sul, existe o grupo Kaiowá-Guarani. Eles não aceitam mais serem chamados puramente de índios. Isso é o movimento de afirmação. Eles sabem que têm problemas com isso, mas é a única saída que encontram.

**IHU On-Line - E por que têm ocorrido os episódios de suicídio entre os Kaiowá no Mato Grosso do Sul?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Ninguém sabe por que isso acontece. Psicólogos e antropólogos estudam isso. Certamente, é um desespero diante da situação em se encontram. E quem se suicida não são os velhos, são crianças de oito a dezesseis anos. E os caciques dizem: “Nós perdemos a chave para resolver esse problema. A nossa fé ao nosso ritual e ao sobrenatural nós perdemos. E não conseguimos mais salvar essas

**“Eles não aceitam mais serem chamados puramente de índios. Isso é o movimento de afirmação. Eles sabem que têm problemas com isso, mas é a única saída que encontram”**

populações”. Eles estão batalhando para manter a sua cultura. Mas muitos elementos que possuíam para resolver esses problemas os chefes não sabem mais. O suicídio é um problema muito sério na cultura. Essas crianças que se suicidam, para eles, nunca vão chegar ao descanso. E por isso elas vêm buscar outros para fazer companhia. Isso é terrível. Se suicidar é ir contra a vontade de Deus. Ou seja, você não foi chamado; isso deve acontecer quando você for chamado, e não por livre e espontânea vontade.

**IHU On-Line - Na pesquisa arqueológica que o senhor vem conduzindo desde 1965, foram descobertas casas de índios de cerca de 11 mil anos, é isso? Onde estão essas casas?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Em Serranópolis, Goiás. Estudamos 40 abrigos onde eles moravam 11 mil anos antes do presente, antes de agora. Eram grutas de pedra onde eles se abrigavam. Elas guardam os instrumentos, os sepultamentos, os restos de comida. Podemos recompor a vida deles. As paredes estão pintadas com bichos e figuras geométricas, que podem oferecer uma imagem desses grupos, que voltavam muitas vezes nas mesmas grutas ou moravam nelas por muito tempo. No começo, pensávamos que esses índios ficavam vagando pelo Brasil. E essa pesquisa mostra

que eles já tinham uma estabilidade relativa, não estavam vagando à toa. Depois, as grutas são abandonadas por alguns milênios até que outro grupo volta a ocupá-la.

**IHU On-Line - Como são essas “casas”?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - São cavernas naturais, muito agradáveis. Nós trabalhávamos no tempo da chuva, escavando no interior dessas grutas. Enquanto chovia a cântaros, nós ficávamos muito tranquilos lá dentro. Uma das grutas, em específico, tem 1.600 metros quadrados, bem maior do que um apartamento, completamente plano e seco. No inverno, o sol entra até o fundo, proporcionando uma casa aquecida. Naquele tempo, os índios buscavam esses abrigos naturais. Em outros, percebemos que eles moravam fora, na beira do rio, provavelmente numa outra estação em que não chovia. E esses índios foram exterminados no século XIX. Os índios não são sempre os mesmos, eles vão mudando, inclusive podemos dizer que de raça. Há um momento que se interrompe esse povoamento. E aí entra essa discussão sobre haver uma ou várias populações indígenas. Por volta de 8.500 anos atrás, nessas grutas muda tudo. Havia, até então, uma população africana, mais australóide, com o nariz mais achatado. Depois, apareceu uma população com uma cara mongolóide, com olhos puxados, que é como conhecemos os índios hoje. Esse corte se dá exatamente há 8.500 anos e nas grutas eu vejo exatamente, claramente manifestado, muito bem datado. São dados que vão compoendo essa história que precisamos contar.

**IHU On-Line - E nessas descobertas, como restos de comida, desenhos nas paredes, o que o senhor destaca como mais fascinante sobre a cultura dessas populações?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Percebo que essas populações criam culturas regionais. Toda a área de clima mais quente, pertencente à região do cerrado e da caatinga, tem uma cultura. E tudo o que está de São Paulo para baixo tem outra cultura, nitidamente diferente. As populações se adaptam. Depois, aos

poucos, na Amazônia, vão aparecendo grupos agricultores. Isso é fundamental, pois não dependem mais apenas da caça e da coleta, e passam a produzir o seu alimento. Os Guarani vêm da Amazônia, mas vão se adaptar muito bem aqui no Sul. Os Kaingang vêm dos serrados do Brasil central, há mais ou menos três mil anos. Eles vêm ao Sul e se adaptam muito bem ao pinheiro. Constroem casas dentro do chão, buracos enormes e botam um telhado em cima. A tecnologia vai se espalhando e vai sendo adaptada conforme o novo local. Os índios vão criando suas culturas e, com isso, criam suas ideologias, sua identidade, por oposição geralmente com outros grupos. Os índios, como nós, se adaptam muito bem às mudanças. As pessoas acham que os índios são bichos do mato, mas não são. Se você encontrar um índio com o seu laptop, seu telefone celular, e andando num carrão importado, ou no seu avião, não pense que ele deixou de ser índio. Ele sempre será, pois índio é identidade. E essa identidade é algo que eles estão recuperando. A primeira coisa que eles precisam para viver essa identidade é o espaço. Eles precisam de espaço onde possam se desenvolver livremente. É exatamente esse o problema que motiva o conflito em Roraima (Raposa Serra do Sol). O resto é o resto. Antigamente, eles tinham o espaço do mato, para a caça e a coleta. Hoje, o lugar de caça e coleta é a cidade.

#### **IHU On-Line - E a educação dos índios, como funciona?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Eles têm os seus professores. Hoje, nas universidades, há um grande número de índios. Os cursos mais procurados por eles são os de Pedagogia, Direito, Medicina e Geologia. Eles vão continuar sendo índios, mas se apossam de toda a tecnologia possível. O índio precisa buscar elementos da cultura do branco. Hoje, eles estão descobrindo tanto a tecnologia moderna quanto resgatando o seu passado.

#### **IHU On-Line - O senhor acha que é plenamente possível continuar mantendo a cultura deles, da identidade indígena, e incorporar elementos da cultura do branco?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Claro. Essa

**“A primeira coisa que eles precisam para viver essa identidade é o espaço. Eles precisam de espaço onde possam se desenvolver livremente. O resto é o resto. Antigamente, eles tinham o espaço do mato, para a caça e a coleta. Hoje, o lugar de caça e coleta é a cidade”**

é a única saída deles. Eles estão dentro das cidades, se estruturam, tem as suas associações registradas em cartório, em que eles se organizam à maneira do branco. Ainda têm os seus caciques, que vão mandar nessa relação que estabelecem com a sociedade branca. Eles se apropriam não só da tecnologia branca, mas também das estruturas, das convenções e com isso pleiteiam suas exigências. Eles são muito inteligentes.

#### **IHU On-Line - Como o senhor vê os livros didáticos das escolas em relação à forma como apresentam as populações indígenas, criando no imaginário da sociedade brasileira uma visão de índio “bicho do mato”?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Aí entra um elemento muito forte que atualmente virou moda na arqueologia. Há uma tendência para a divulgação dos elementos arqueológicos e dos elementos indígenas, para que as crianças tenham uma noção diferente do que era a vida indígena. Por isso, a importância dos museus também é grande. Essa divulgação é uma das iniciativas mais fortes na administração dos bens culturais. Nos países de Primeiro Mundo, isso se tornou prioridade. Ultimamente, são publicados livros caros e bonitos, com ilustrações. São escritos por jornalistas depois de terem entrevistado arqueólogos. Isso é muito bom, pois não fica uma linguagem técnica. Só não contribui mais com a socialização dos dados pois são livros muito caros, na faixa de R\$ 150,00.

#### **IHU On-Line - Como aparece a crença, a espiritualidade e a mística na cultura indígena e relacionada com**

#### **as crenças do homem branco?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Muitos índios hoje estão retomando suas antigas crenças, como eu já falei. A oração geralmente é feita em poemas cantados. Todos se reúnem na casa de oração, todas as noites. Não são cinco minutos. Eles sabem quando começa, mas não sabem que horas termina. Eles acreditam que, numa dessas noites, a casa vai levantar com eles dentro e todos vão subir para a grande mãe e o grande pai. Essa é a base da terra sem males. É a crença na imortalidade sem morrer. Um desses poemas começa assim: “No começo era a palavra. A palavra fez todas as coisas que existem”. Isso não é familiar, não lembra outra passagem cristã?<sup>1</sup> Cada vez que uma criança nasce, uma palavra assenta. As crianças vivem em liberdade, as mães não se preocupam, pois sabem que são centelhas divinas. É difícil manter essas crenças, pois os velhos vão morrendo. Existem outros grupos que já são completamente católicos ou evangélicos, ou luteranos, ou da Assembléia de Deus. E eles acham isso ótimo, pois se sentem irmãos dos brancos, pois a fé os uniu, e os fez se tornarem iguais. Eles se abraçam e cantam aleluia e isso faz bem para eles. O Pe. Bartolomeu Meliá, quando fugiu do Paraguai, veio para o Brasil, com a missão de converter índios no Mato Grosso do Sul. Ele tentou aprender a ser índio. Foi adotado numa comunidade indígena, onde tinha pai, mãe, irmão e andava como eles. E ele reconheceu que não conseguia conciliar essa vida indígena,

<sup>1</sup> Aqui, o entrevistado se refere à passagem bíblica “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por meio dele” (João 1:1-3). (Nota da IHU On-Line)

da tentativa de ser índio, com seu papel de diretor da missão e de antropólogo. Ele pediu para ser tirado de lá e veio ser capelão dos Kaingang de Nonoai (RS). Então, para ele, estava perfeito. “Todos meus Kaingang são católicos”, disse ele para mim. Então, os índios se identificam com as religiões dos brancos, o que está fortíssimo nas igrejas neopentecostais. Os índios que procuram a Igreja Universal do Reino de Deus acham lá aspectos interessantes, como a possibilidade de conversar com seus antepassados.

**IHU On-Line - O que os índios têm para ensinar aos brancos sobre a relação com a natureza?**

**Pedro Ignácio Schmitz** - Quando falamos dos índios brasileiros, costumamos achar que eles são atrasados. Mas depende da comparação que fizermos. Por exemplo, eles cultivaram a Amazônia durante milênios e não a destruíram, porque adaptaram a sua tecnologia e a sua cultura às condições naturais da floresta. Quando chegaram os “gaúchos” na Amazônia, com tecnologia desenvolvida na Europa (que tem clima frio e temperado), derubaram tudo para plantar um quadrado de eucalipto. Em pouco tempo, arrasaram com a Amazônia. Daí se pensou em resgatar o modelo indígena de cultivo. Nesse modelo, não se limpa a área. Se deixam as árvores grandes, porque elas fazem sombra e defendem do impacto da chuva. Daí se planta, no meio delas, todas as plantas misturadas: milho, feijão, abóbora. Não se planta soja a perder de vista. Então, se o milho precisa de nitrogênio, o feijão oferece, coloca no solo. O problema é que esse sistema não serve para o capitalismo. O índio nos mostra que para cada ambiente existe uma forma de aproveitamento. É preciso conhecer o ambiente e respeitá-lo, adaptando-se para sobreviver. E sobrevivência é o primeiro princípio de qualquer cultura.

#### LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Pedro Ignácio Schmitz. Acesse nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

#### Entrevistas:

- \* A missão: peripécias das reduções jesuíticas - IHU On-Line 196, de 18-09-2006.
- \* A araucária e os povos indígenas - IHU On-Line 183, de 05-06-2006.

## O resgate da cultura material confirma a diversidade cultural e étnica indígena

Jairo Rogge aborda a contribuição da Arqueologia na construção de um conhecimento mais amplo sobre a história das sociedades indígenas no país

POR GRAZIELA WOLFART E MOISÉS SBARDELLOTTO

**A**o falar sobre a pesquisa arqueológica como forma de conhecer a cultura indígena, o professor Jairo Rogge, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, afirma: “Se hoje falamos em desenvolvimento sustentável, que é uma palavra de ordem da sociedade capitalista moderna, temos muito o que aprender com as sociedades indígenas, pois a sustentabilidade era (e ainda é) para eles a chave da vida. E isso parte de um conhecimento e um respeito profundo pelo ambiente natural”. Para Jairo, “essa incrível proximidade entre homem e natureza certamente está na raiz do conhecimento profundo das sociedades indígenas sobre os recursos naturais”.

Jairo Rogge é doutor em História, pela Unisinos. Desde 1992, é pesquisador da Unisinos e desenvolve atividades no Instituto Anchietano de Pesquisas, na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica. Rogge atua principalmente nos seguintes temas: arqueologia do planalto meridional, arqueologia tupi-guarani, assentamentos litorâneos pré-cerâmicos e cerâmicos do Rio Grande do Sul, fronteiras e contato cultural. Desde 1996, é docente no curso de Licenciatura em História da Unisinos.

**IHU On-Line - Qual é a atenção prestada pelo debate arqueológico nacional aos elementos culturais indígenas? Em que sentido se desenvolvem os estudos atuais?**

**Jairo Rogge** - A maior parte dos estudos arqueológicos feitos no Brasil está relacionada ao que chamamos de uma “arqueologia pré-histórica”, ou seja, vinculados diretamente às sociedades indígenas antes do contato com populações de origem européia. Nesse sentido, a contribuição da Arqueologia está na construção de um conhecimento mais amplo sobre a história das sociedades indígenas no país, ao mesmo tempo em que auxilia na

construção de uma memória cultural nacional.

**IHU On-Line - Como a arqueologia se coloca diante do que são e de como são percebidos os vestígios de atividades indígenas?**

**Jairo Rogge** - A Arqueologia implica, em essência, no estudo da cultura material. No entanto, isso não significa que os objetos são um fim, mas sim um meio para compreender o homem e sua sociedade. A cultura material é uma manifestação do indivíduo e da sociedade e, justamente em função disso, a Arqueologia desenvolveu, ao longo do tempo, métodos e téc-

nicas analíticas que permitem uma aproximação a esse homem e essa sociedade, tendo como intermediário os vestígios materiais deixados por eles.

**IHU On-Line - Como é percebida a relação entre natureza e cultura indígena? Como a arqueologia concebe e interpreta a intervenção de uma na outra?**

**Jairo Rogge** - As relações entre o meio natural e o meio social nas populações indígenas é de uma extrema profundidade. São âmbitos que se interseccionam a todo o momento. Assim, não há como realizar uma pesquisa arqueológica sem levar em conta essa inter-relação. Se hoje falamos em desenvolvimento sustentável, que é uma palavra de ordem da sociedade capitalista moderna, temos muito o que aprender com as sociedades indígenas, pois a sustentabilidade era (e ainda é) para eles a chave da vida. E isso parte de um conhecimento e um respeito profundo pelo ambiente natural.

**IHU On-Line - Segundo informações da Funai, as primeiras populações da América eram advindas da Ásia, com vestígios que datam de 11 a 12,5 mil anos atrás. Já os povos indígenas que hoje vivem na América do Sul seriam originários de povos caçadores que aqui se instalaram, vindo da América do Norte através do istmo do Panamá. Como teriam ocorrido essas primeiras levas migratórias e como se deu a adaptação dessas populações no solo americano?**

**Jairo Rogge** - A questão do povoamento inicial do continente americano é, ainda hoje, motivo de muita discussão e muita polêmica. Sabemos que, desde pelo menos 13 mil anos atrás, esse processo de povoamento se desenrolou a partir da região do estreito de Behing, por populações com características mongólicas, em diferentes levas de migrantes que acabaram por se dispersar ao longo de todo o continente. Dessas populações, descende a maior parte das sociedades indígenas atuais. No entanto, estudos mais recentes aventam a



**“As relações entre o meio natural e o meio social nas populações indígenas é de uma extrema profundidade. São âmbitos que se interseccionam a todo o momento”**

possibilidade de migrações anteriores, ao redor de 15 mil anos atrás, por populações com outras características, afro-australóides, que parece não terem deixado descendentes. Há ainda pesquisadores que defendem a tese de um povoamento muito mais remoto do continente. Na verdade, este panorama pode ser comparado à visão que temos a partir de uma janela entreaberta: conseguimos vislumbrar parte da paisagem que está do outro lado, mas ainda não é possível vê-la por inteiro. Ao longo do tempo e do espaço, essas populações foram se diversificando culturalmente, em função de processos diferenciados, em parte devido a adaptações a diferentes ambientes ecológicos, em parte acionados por distintos contextos históricos.

**IHU On-Line - Como as primitivas populações indígenas do Brasil desenvolveram seus modos de uso e manejo dos recursos naturais e como eram as formas de organização social? Como viviam os índios “antes do Brasil”?**

**Jairo Rogge** - Como já havia mencionado anteriormente, o conheci-

mento natural indígena deve-se, em grande medida, à estreita inter-relação entre o mundo social e o mundo natural, que na verdade é uma coisa só. Essa incrível proximidade entre homem e natureza certamente está na raiz do conhecimento profundo das sociedades indígenas sobre os recursos naturais. Na América, em termos de organização social, existiram diferentes formas de estruturas socioculturais, desde as mais complexas (grandes estados e impérios) até estruturas relativamente mais simples, mas nem por isso menos significativas, fundamentadas em uma economia doméstica baseada na caça, na coleta, na pesca e na agricultura em pequena escala. No Brasil, os dados arqueológicos indicam a existência de sociedades que, durante muito tempo, viveram exclusivamente da caça, da coleta e da pesca. Mais recentemente, se calcula por volta de uns 3 ou 4 mil anos atrás, muitas começam a cultivar alimentos e a maior parte dos grupos indígenas acabam adotando essa forma de economia, com maior ou menor intensidade, constituindo um modo de vida que estava ampla-



**“O patrimônio arqueológico é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e sua importância reside justamente no fato de que, também ele, é uma referência à identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”**

mente disseminado no momento da chegada dos primeiros europeus e que ainda caracteriza a economia da maior parte das sociedades indígenas atuais.

**IHU On-Line - Os lingüistas afirmam que cerca de 1.300 línguas diferentes eram faladas pelas sociedades indígenas então existentes no território que corresponde ao Brasil hoje. Nesse sentido, qual a contribuição da arqueologia para a compreensão da realidade histórica das comunidades indígenas no Brasil?**  
**Jairo Rogge** - Calcula-se que a América era povoada por algo entre 80 e 100 milhões de índios na época da chegada dos primeiros europeus. Pode-se imaginar a grande diversidade cultural e étnica dessas populações naquela época. A mesma relação pode ser feita olhando para o território brasileiro. Essas 1.300 línguas faladas aqui (hoje reduzidas a cerca de 180) representam um patrimônio incalculável. A Arqueologia

não é capaz de recuperar a língua falada pelos antigos habitantes do Brasil, mas se entendermos que a cultura material é a manifestação concreta de outros âmbitos da cultura, incluindo seus aspectos organizativos, ideológicos e mesmo lingüísticos, os arqueólogos podem confirmar essa incrível diversidade cultural e étnica registrada (e dramaticamente reduzida) a partir do início da conquista.

**IHU On-Line - Na sua opinião, que importância tem o patrimônio arqueológico nacional na conjuntura política atual? Como envolver a sociedade em um trabalho conjunto de preservação desse patrimônio e dessa herança históricos?**

**Jairo Rogge** - Tomo a liberdade de citar um trecho do artigo 216 de nossa Constituição, relativo ao conceito de patrimônio cultural: “(...) os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identida-

de, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”. Ora, o patrimônio arqueológico é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e sua importância reside justamente no fato de que, também ele, é uma referência à identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo, portanto, uma herança comum (o que também inclui os descendentes de europeus). Logicamente, esse assunto é público e deve ser tratado dentro da esfera das políticas públicas, o que infelizmente pouco tem sido feito. O envolvimento desses diferentes grupos, que formam a sociedade de uma maneira geral, só será efetivo no momento em que tiverem acesso ao conhecimento produzido, ao significado desse patrimônio, que é público e coletivo.

#### LEIA MAIS...

Confira algumas entrevistas sobre as populações indígenas disponíveis no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

#### Entrevistas:

- \* A violência contra a população indígena. Entrevista com Antonio Brand, de 13-06-2006
- \* O impacto do etanol sobre as populações indígenas. Entrevista com Antonio Brand, de 20-08-2007;
- \* O holocausto Guarani. “Está em curso um processo de genocídio desse povo”. Entrevista especial com Egon Heck, de 18-11-2007;
- \* “Os arrozeiros representam o enclave da violência”. Entrevista especial com Roberto Liebgott, de 03-04-2008;
- \* Raposa Serra do Sol: “A situação no momento é tensa porque o governo é ineficaz”. Entrevista especial com Dom Roque Paloschi, de 05-04-2008;
- \* Seis contra 18 mil. Arrozeiros continuam em Raposa Serra do Sol. Entrevista especial com Dionito de Souza e Ana Paula Souto Maior, de 09-04-2008;
- \* O que está em jogo em Raposa Serra do Sol? Entrevista especial com Paulo Guimarães, de 10-04-2008;
- \* “Só os índios, hoje, se preocupam com o futuro. Os brancos só olham para o presente”. Entrevista com Dom Erwin Kräutler, de 15-04-2008;
- \* “Os índios incomodam porque suas terras, homologadas e reservadas, saem do mercado fundiário”. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro, de 20-04-2008;
- \* Índios na luta contra os fazendeiros de Roraima: uma disputa pela terra. Entrevista especial com Jaci Guilherme Vieira, de 21-04-2007.



# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana

## Brasil em Foco

### Medo da inflação eleva taxa de juros

O Brasil entregou a política econômica ao sistema financeiro internacional, constata Wilson Cano

POR PATRICIA FACHIN

O valor parece baixo, apenas meio ponto percentual, mas a elevação dos juros de 11,25% para 11,75% trará prejuízos para o país, alerta Wilson Cano, economista da Universidade de Campinas (Unicamp). Ao avaliar o aumento da Selic, ele diz que não existem, atualmente no Brasil, medidas que justifiquem essa decisão. E acrescenta: “A taxa vai elevar o montante de juros a ser pago pelo governo”. Se não bastasse, argumenta, estamos diante de uma crise internacional que “poderá trazer mais agravamentos para o mercado financeiro, abatendo também o nosso país”.

Ao analisar os impactos na dívida pública, em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, ele é categórico: “É obvio que a dívida pública irá crescer em termos líquidos. Ela vai aumentar o estoque da dívida e o montante do pagamento de juros no orçamento da República e nos orçamentos estaduais e municipais”.

Wilson Cano é doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professor da mesma universidade.



Foto: Arquivo do Periódico  
DIVULGAÇÃO

**IHU On-Line - O aumento da Selic pode ser justificado pelo valor elevado da dívida pública? Alguns economistas alegam que os juros poderiam ser menores se a dívida fosse menor.**

**Wilson Cano** - São esses mesmos economistas que justificam os juros altos. Ora, se eles apresentam essa justificativa, sabem perfeitamente que a dívida só poderá crescer como se fosse uma bola de neve. Portanto, isso é uma coisa completamente sem sentido. A dívida pública foi inventada pelo homem em sociedade para

não ser paga. Se observarmos a dívida pública do Japão e da Itália, por exemplo, veremos que ela equivale a mais de 100% do PIB desses países.

O que deve ser discutido quando se trata de dívida pública é o prazo de vencimento dos títulos, se eles ameaçam algum afogadilho no mercado financeiro nacional e qual é a dimensão da taxa de juros, se é uma taxa de juros normal e não essa coisa vergonhosa, escandalosa, como a brasileira.

**IHU On-Line - De que maneira a elevação da taxa de juros pode preju-**

**dicar alguns programas sociais do governo?**

**Wilson Cano** - Em primeiro lugar, a taxa irá elevar o montante de juros a ser pago pelo governo. Então, ela vai gerar, evidentemente, pressões, aumentando os gastos do governo e obviamente também serão pressionados cortes de outros gastos que não os de juros.

Não adianta dizer que a Selic só irá afetar os títulos prefixados, porque na verdade ela acaba rebatendo indiretamente e alterando a dimensão da taxa de juros no mercado financeiro.

## “Não adianta dizer que a Selic só irá afetar os títulos prefixados, porque na verdade ela acaba rebatendo indiretamente e alterando a dimensão da taxa de juros no mercado financeiro”

Já tivemos aumentos nas taxas de juros em operações mercantis.

**IHU On-Line - Algumas pesquisas têm mostrado que o consumo aumentou de maneira geral, ou seja, gasta-se mais no Brasil atual. Como o senhor percebe esse ciclo de liberação de crédito e financiamentos a longo prazo?**

**Wilson Cano** - Nesse segundo mandato do governo, a relação entre o crédito ao setor privado e o PIB se encontrava como o FHC tinha deixado. Ou seja, uma coisa ridícula, menos do que 30%. No governo Lula, foi inventado o crédito consignado tanto para aposentados quanto para contribuintes da previdência social e isso possibilitou uma expansão notável do crédito privado. Assim, no ano passado o crédito privado cresceu fundamentalmente com o crédito ao consumo.

**IHU On-Line - O governo cogitou a possibilidade de conter os créditos. Isso tem alguma relação com o aumento da taxa de juros ou essa contenção dos créditos pode estar relacionada com o medo de uma possível inflação?**

**Wilson Cano** - O Banco Central está apavorado com a idéia de que a inflação possa subir além do que se prevê. Pode ser que ela suba, já que existem pressões internacionais nesse sentido. Mas, sinceramente não se nota nada de extraordinário e tampouco impacto imediato. Por exemplo, o preço da gasolina está 17% defasados no Brasil, segundo disse o presidente da Petrobras. Eles

pensam em aumentar apenas 5%. Então, não há pressões concretas que justifiquem essa decisão sobre a taxa de juros. O pior é que estamos diante de uma crise internacional que poderá trazer mais agravamentos para o mercado financeiro, abatendo também o nosso país.

O Banco Central deveria estar morrendo de medo do atual valor do dólar. É óbvio que os valores atuais do dólar não irão parar por aqui. Esse dinheiro, evidentemente vai subir e potencializar ainda mais o crescimento do preço das commodities, dos produtos químicos, ou seja, elementos que vão afetar diretamente a agricultura. Portanto, teremos pressões concretas no número de preços.

**IHU On-Line - Os juros impactam de maneira diferente nas regiões brasileiras? Alguns estados lidam melhor essa situação ou as implicações são generalizadas?**

**Wilson Cano** - As implicações são generalizadas porque todos os estados padecem do problema da dívida pública e porque a política monetária é nacional e não está regionalizada.

**IHU On-Line - A elevação da Selic pode significar uma mudança no Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2008? De que maneira a elevação dos juros podem impactar na dívida pública interna?**

**Wilson Cano** - A dívida pública irá crescer mais do que o PIB. Estamos com uma inflação concreta de pouco mais de 4%, o PIB está crescendo a 4,5 ou 5%, ou seja, em torno de 9%, e

a Selic vai a 12%. Então, é óbvio que a dívida pública crescerá em termos líquidos. Ela vai aumentar o estoque da dívida e o montante do pagamento de juros no orçamento da República e nos orçamentos estaduais e municipais.

**IHU On-Line - Então, o Brasil corre o risco de paralisar a continuidade do ciclo de investimentos, uma vez que é mais interessante deixar o dinheiro no sistema financeiro do que aplicar na economia nacional? O aumento dos juros atrai mais investimentos financeiros para o país. Entretanto, quais são as vantagens para a população nacional?**

**Wilson Cano** - Sim. A rigor, só em meados de 2007 e início de 2008 é que tivemos precipitações internas de crescimento. Mas isso se deve pela retomada de investimentos e de consumo. As taxas de juros sempre punem aqueles que se endividam, compram a crédito e acabam pagando esse custo.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a fusão entre empresas nacionais e internacionais como ocorreu com a Oi e a Brasil Telecom? Essa medida, reafirmada no governo Lula, trará implicações ao futuro do país?**

**Wilson Cano** - Essa iniciativa reforça o fortalecimento do capital nacional. Essa nova empresa, gerada pela união da Oi e da Brasil Telecom, poderá repartir esse “queijo” de uma maneira um pouco menos concentrada do que hoje. Mas não tenho notícias de que isso poderá baratear as tarifas de telecomunicações ou trazer algum benefício para o consumidor.

**IHU On-Line - Como explicar a diferença da taxa de juros entre os países da América Latina?**

**Wilson Cano** - A diferença se destaca porque no Brasil há uma política de medo. Isso ocorre também porque o governo entregou a política econômica ao sistema financeiro nacional e internacional. Com exceção da Argentina, da Venezuela e do Equador, os demais aceitaram a ortodoxia fiscal e monetária do Consenso de Washington.

# Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU.

The Savages

Ficha técnica

Diretor: Tamara Jenkins

Gênero: Comédia

Tempo de duração: 113 minutos

Ano de lançamento: 2007 (EUA)

Elenco: Laura Linney, Philip Seymour Hoffman,  
Philip Bosco, Peter Friedman

Resumo: Wendy (Laura Linney) e  
Jon Savage (Philip Seymour Hoffman)  
precisam cuidar do pai doente,  
com quem quase não se relacionam,  
o que transforma suas vidas.

## À procura do compromisso

POR ANDRÉ DICK

O cinema norte-americano, apesar da crise de idéias que vem enfrentando, continua a proporcionar bons momentos. Os principais indicados ao Oscar deste ano, *Onde os fracos não têm vez* e *Sangue negro*, por exemplo, são ótimos filmes. Na linha dos irmãos Coen<sup>1</sup> e de Sofia Coppola,<sup>2</sup> há uma vertente cinematográfica que procura trabalhar com um roteiro menos comercial e um elenco meio *underground*, mas de muito talento. É o que vemos em *A família Savage*, um dos melhores filmes, até agora, deste ano. Dirigido por Tamara Jenkins,<sup>3</sup> cineasta

1 Joel (1954) e Ethan Coen (1957): diretores de, entre outros, *Arizona nunca mais* (1987), *Barton Fink - Delírios de Hollywood* (1991), *Fargo* (1996) e *O grande Lebowski* (1999). (Nota da IHU On-Line)

2 Sofia Coppola (1971): diretora de *As virgens suicidas* (1999), *Encontros e desencontros* (2003) e *Maria Antonieta* (2006). (Nota da IHU On-Line)

3 Tamara Jenkins (1962): diretora de *O outro lado*

de breve currículo, ele foi comparado, pelo caráter meio independente, à comédia juvenil *Juno*. Mas, se *Juno* era um filme com viés meio adolescente, apesar de adentrar nas questões do “mundo adulto”, *A família Savage* trata propriamente da crise da meia-idade e a possibilidade de entender como importante a relação com o outro, o compromisso (embora *Juno* trate desse aspecto em outro plano).

Infelizmente, alguns viram o filme como uma comédia – e a produtora até tentou trabalhar com essa idéia para atrair mais público. No entanto, se trata de um drama, digamos, agridoce, de caráter raro, pois basicamente envolve quatro personagens: um casal de irmãos, seu pai e o amante da personagem principal. Em certos aspectos, o filme lembra o hu-

de *Beverly Hills* (1998). Nota da IHU On-Line)

mor característico de Wes Anderson,<sup>4</sup> autor de filmes como *Os excêntricos Tenenbaums*, com sua mescla entre o realismo e o surrealismo de certas situações que acaba conduzindo a trama a um espaço no qual os personagens parecem surpresos mesmo com suas próprias atitudes. Nessa rede de inter-relações, existe algo que sempre fica oculto, mas o espectador, por meio de detalhes, às vezes imperceptíveis, vai elaborando a composição dos personagens principais. Isso acontece sobretudo porque a diretora faz questão de nunca completar algumas cenas-chave, ou seja, ele oculta certos movimentos para que a trama

4 Wes Anderson (1969): diretor de filmes como *Três é demais* (1998), *A vida marinha com Steve Zissou* (2004) e *Viagem a Darjeeling* (2007). (Nota da IHU On-Line)

fique em suspenso, e o espectador tire suas próprias conclusões (não por acaso, o filme foi indicado ao Oscar de roteiro original).

Wendy (Laura Linney) e Jon (Phillip Seymour Hoffmann) são os irmãos que precisam — depois de muito tempo afastados; ela mora em Nova York e ele, em Buffalo — se unir para cuidar de Lenny (Phillip Bosco), o pai doente, que recém ficou viúvo, ao perder sua companheira. O pai está sofrendo de problemas psicológicos, e sua distância em relação aos filhos é visível já no primeiro encontro, no hospital, quando acha que o filho, professor de Teatro, por ser doutor, precisaria necessariamente ser um médico para tirá-lo dali. A cena é muito bem dirigida por Jenkins, pois se percebe a distância entre o pai e os filhos, reforçada na cena representativa do avião. Sem poderem cuidar do pai, acabam colocando-o numa espécie de clínica de repouso. No entanto, a culpa pesa sobre ambos, porque eles têm a sensação de — como em suas vidas — não conseguem nenhum vínculo duradouro, o que acaba fortalecido pela distância que o pai suscita. O filho, por exemplo, não tem coragem de casar com a namorada polonesa e aceita a separação porque o *green card* venceu (a cena em que sua irmã tenta conversar com ele sobre isso, na saída do aeroporto, mostra o afastamento de ambos). Não há recordações dos irmãos em relação à infância — o filme não tende, por exemplo, para uma sucessão de lembranças, tentando reproduzir o momento em que os conflitos com a figura paterna surgiram, o motivo que ocasionou o afastamento, ou por que a mãe é uma figura distante, que não participa da situação enfocada.

A questão que suscita *A família Savage* é realmente a do compromisso e de tentativa, na meia-idade, de ainda se alcançar o sucesso. O casal de irmãos, envolvido com teatro, não consegue alavancar seus projetos, e a figura do pai a ser cuidado acrescenta um peso a esse fracasso profissional. A personagem Wendy, ao mesmo tempo, não consegue se desvencilhar do amante, também envolvido com o mundo do teatro. Os personagens, no entanto, não são falsamente encenados por Jenkins, possuindo um realismo especial. E o

conflito que vivem, ao mesmo tempo relacionado à velhice do pai, implica uma reavaliação do que realizaram, em sua vida, até o estágio atual de suas vidas. Como precisavam dividir o mesmo teto por um tempo, os irmãos se vêem obrigados a dialogar, mesmo que para isso precisem regressar, às vezes, a um comportamento infantil.

Daí *A família Savage* também tratar do prenúncio da velhice. Os personagens do filme, tanto em sua profissão quanto em sua rede de relações, sentem-se cansados e a tentativa, a partir de determinado momento, em proporcionar uma melhor velhice ao pai (pelo menos, aquela baseada na idéia da tranquilidade, sem dor nem preocupações, depois de uma vida conturbada), é a mesma de se erguerem, suficientemente fortes, dos seus conflitos pessoais. A incapacidade que os personagens têm de estabelecerem vínculos acaba retornando para a própria situação que vivenciam, ou seja, eles se sentem perdidos e afastados do mundo como o próprio pai. É, com isso, bastante significativa a cena em que Wendy está dando aulas na faculdade. Fascinado por Brecht,<sup>5</sup> ele ouve de uma aluna a pergunta de qual seria a diferença entre trama e narrativa. Diante do sentido existencial, no entanto, não há resposta — e os personagens, fascinados pelo teatro, não conseguem conduzir suas vidas numa trama que poderia ser considerada linear. Com isso, o filme nada tem de previsível, e possíveis acertos entre os personagens são, não raras vezes, descartados pela diretora.

Mesmo o tempo, em *A família Savage*, é simbólico, como, aliás, em *O sol de cada manhã*. Neste, Nicolas Cage interpretava um homem do tempo da televisão, às voltas com conflitos familiares e com a tentativa de compreender, também, a figura do pai (vivido por Michael Caine). No filme de Tamara Jenkins, o pai dos Savage, no início do filme, mora numa casa que parece numa colônia de férias, em Sun

<sup>5</sup> Bertold Brecht (1898-1956): escritor que fez poesia, teatro, ensaios e roteiros de cinema, lutando durante toda a sua vida pelos oprimidos. Claramente assumiu posições de esquerda e procurou colocar a luta de classes no palco, buscando a dúvida dialética. (Nota da IHU Online)

City, no Arizona. Em seguida, quando é buscado pelos filhos, acaba indo para Buffalo, onde neva e chove constantemente. Esta mudança de cenário e temperatura parece revelar os próprios conflitos dos personagens.

Em relação ao elenco, os nomes principais, Linney e Seymour Hoffmann, são certamente os melhores de sua geração. Indicada ao Oscar de atriz pelo papel, Linney é uma atriz completa, e Seymour Hoffmann, que recebeu o Oscar por *Capote* (em que está muito bem, embora interprete um personagem bastante monótono e monocórdio), mesmo merecendo mais o prêmio por este, é excelente. Sua interpretação, baseada em poucos gestos (ao contrário, por exemplo, da que emprega em *Missão: impossível III*, no qual faz o papel de vilão), natural sem perder a carga dramática, é talvez a sustentação principal de *A família Savage*, embora Linney, com sua obsessão por remédios, consiga dar o equilíbrio necessário a muitas cenas. O fato é que o casal tem uma ligação muito boa, e sua apatia (que se transforma em empatia), diante da situação do pai, muitas vezes comove o espectador. O ator Phillip Bosco, que interpreta o pai, também está muito bem, num personagem com poucas falas, fechado e teimoso. Seus momentos de exaltação se contrapõem à aparente apatia dos filhos, criando um atrito bem conduzido ao longo de todo o filme.

É justamente por meio da história do elenco que a rede de relações construída pela diretora de *A família Savage* não é apenas muito bem estabelecida, mas capaz de conduzir o espectador ao vínculo efetivo com seus personagens. Ela, com isso, acaba revelando um talento de outra cineasta, a já mencionada Sofia Coppola, que possui um domínio especial sobre uma trama que poderia ser considerada comum e rotineira. Não há nada de especialmente incomum no filme de Tamara Jenkins. Mas é exatamente nesse ponto que o filme tanto se destaca, em meio a produções que se pretendem grandiosas e transformadoras do cinema. O interessante, por meio desse filme, é notar que a vida “comum” ainda rende boas histórias e faz o espectador pensar.

# Invenção

Editoria de Poesia

## Paulo Ferraz

POR ANDRÉ DICK

Nascido em Rondonópolis (MT), em 1974, Paulo Ferraz é um dos principais poetas jovens da cena brasileira contemporânea. Bacharel em Direito e mestre em Teoria Literária, pela Universidade de São Paulo (USP), sua estréia aconteceu com *Constatação do óbvio* (São Paulo: Sebastião Grifo, 1999), lançado juntamente com outros dois livros, *Dois pontos*, de Matias Mariani, e *Ver só*, de Pedro Vieira Abramovay. Em 2007, lançou, ao mesmo tempo, duas novas obras, também pelo selo independente Sebastião Grifo (pelo qual publicou, ao lado de Mariani e Abramovay a revista de poesia *Sebastião*), intituladas *Evidências pedestres* e *De novo nada*, este trazendo um poema longo. Apresentando um verso múltiplo – com variações de tamanho e de métrica –, esse poeta adota, na maior parte de seus poemas, o caminho de observação da cidade, com o seu urbanismo e a solidão dos indivíduos. Uma de suas características é o trabalho com a sintaxe. Já em *Constatação do óbvio*, num poema como “A poética vista num armário”, ele registrava essa procura pelo trabalho com a linguagem fluida: “Se me entrego às curvas / e drapeados, deixo / me envolver na trama e ali me / / posto. Logo noto o / dom que o fez, paciente e certo, / por metragens que eu, que / / nada sei de seus motivos, constato em qual corpo / cairia – de pronto me espanto, / / pois se forma

dentro / de mim – mesmo sendo roupa – a / sensação do toque”.

Com essa visão do feminino, Ferraz parece empregar mais um romantismo *flâneur*, misturando o conflito entre o corpo guardado, mesmo pela sensação de toque, e o agito moderno. Em “Num ônibus indo para”, por exemplo, visualiza o acúmulo de pessoas nos grandes centros: “Um sobre as outras / as carnes assomam, / no aleatório que há de / corpos se tocarem: / a omoplata encontra, / após a cabotagem, / o porto de um tórax, / se ancora; agora / este suporta a investida / da escrita das unhas / silente”. Em “No black-out”, o poeta se mantém afastado do corpo, procurando uma espécie de abstração capaz, ao mesmo tempo, de tocar realmente o mundo: “Deve-se confiar no tato, / quando se é só um pensamento / que se arrasta por um mundo / sem espaço mensurável / pelos olhos, infinito / se parado, limitado / se em movimento”. Seus poemas, em igual proporção, na pressa do dia-a-dia, não raramente procuram o encontro com a pessoa amada.

No entanto, as ruas, sem dúvida, são o canal de comunicação do poeta com o mundo ou com o que resta de sonho de uma cidade urbana, com a presença quase nula da natureza. Num poema de *Constatação do óbvio*, assinala: “Se em meio à paisagem / concreta, tivesse / sido inoculada a / pálida cor de outra / pétala, o amarelo / primá-

rio das pranchas / de escola, o comum se / sublimaria em próprio”. Em meio à concretude, no entanto, existe uma espécie de alívio, como em “Inocente útil” (de *Evidências pedestres*): “Com minha orelha encostada / no caule, tento auscultar o / rio de seiva e, bem no fundo, a / vida: / silêncio. / Mas ela, / sei, cresce alheia a mim. / / Deito / no asfalto e repito o proce- / dimento – quase que fico / surdo. Faço-a crescer, posto / que a mim também seja alheia”. Esta seiva crescendo no asfalto lembra a rosa que brota do concreto no poema drummondiano, e a desilusão de Ferraz frente à cidade, mesmo, por vezes, com bom humor, não tem nada daquela melancolia alegre de Mário de Andrade em tempos idos – de *Paulicéia desvairada* –, com seus ímpetos futuristas. Em Ferraz, existe apenas a desilusão, como se fosse um estrangeiro não só por não ter nascido em São Paulo, mas por não se encaixar à sua multidão. Em “Subversão”, vê as pessoas que, depois do almoço, vão para a praça; em “É ou não”, um cego na esquina. Mas o poeta, aqui, apenas focaliza indivíduos nessa solidão: ele não tem como salvá-los, nem através do verso, ou seja, é ainda mais afetado pela solidão e sua poesia não possui pretensões sociais, o que aumenta a contundência de seus versos.

Ferraz enviou, especialmente à IHU On-Line, três poemas de sua produção ainda inédita.

## JEUNE FILLE AVEC DES CERISES AUX MAINS

## SILÊNCIO

À mesa  
do Café  
Hemingway&Picasso  
tamborilava  
a capa de  
sua caderneta:

[o mundo,  
um pouco além]

piano pianíssimo

## ESMALTADO

[a caneta  
jazia  
adjacente]

A melodia  
via-se(ou-)  
nas unhas  
arranhando  
o ar

[platéia  
de boca  
e olhos]

as palavras da canção sorriam olhando das retinas **DE CEREJAS**

**ALBA**

Não a resistência  
do vento, mas sim a  
densidade da água  
que envolve, que agarra o  
corpo, inoculando o  
veneno da espera a-

té transformar pele em  
pensamento, menos,  
em vozes ouvidas,  
outras jamais ditas;  
o que se vê tem do  
sonho quase nada, a-

penas o desejo  
de tê-la outra vez à  
distância dos dedos,  
ela estaria próxi-  
ma, não fosse a grita  
do mundo e do corpo,

não fosse esse oriente,  
não fosse essa músi-  
ca que vem das árvo-  
res, não fosse ouvir do  
colchão, do lençol, do  
travesseiro: *volta ao*

*real, ao invés do leito  
te reclama a lida.*

## SOBRE A SOMBRA

É como digo, das coisas  
a sombra guarda bem mais que a  
memória, pois, cria da reali-  
dade, traz os genes que lhe  
dão a forma da matriz (ao  
pai não puxou quase nada,  
se nem que ele lhe confere o  
talhe, interferindo sempre  
no seu desenvolvimento),  
dizem que é prima distante  
da água, embora de cores  
distintas, isso porque ambas  
se ajustam às superfícies,  
correm líquidas por outros  
corpos, todavia, enquanto a  
clara opta quedar-se em planos  
lançar-se em quedas, a escura  
tem o orgulho de ficar de  
pé (antes que o poema termine,  
peço que deite teus olhos  
sobre a minha sombra que te  
cobre e te envolve, tatuagem  
móvel que gravo em ti, anteci-  
pando o tato, o toque – nunca  
desligue teu abajur).

## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 05-05-2008 a 10-05-2008.**

**A derrota e a vitória do povo argentino nas Malvinas**  
Entrevista com Federico Lorenz

Confira nas Notícias do Dia de 05-05-2008

Corajoso, o doutor em História é um dos poucos argentinos a pesquisar a Guerra das Malvinas. Como o episódio está associado ao fim da ditadura e, ao mesmo tempo, é considerado legítimo pelo povo argentino, “durante muito tempo se pensava que se pesquisar sobre as Malvinas de algum modo serviria como apoio para a ditadura”, disse.

**Médica e presbítera. Um testemunho**

Entrevista com Marianela de la Paz

Confira nas Notícias do Dia de 06-05-2008

A cubana reflete sobre sua trajetória como médica, como cidadã, como mulher e, hoje, como teóloga e presbítera cubana da Igreja Anglicana de seu país.

**A diferença entre pastor e teólogo. Uma reflexão sobre a profissionalização do teólogo**

Entrevista com Márcio Fabri dos Anjos

Confira nas Notícias do dia de 07-05-2008

O professor reflete que os papéis de teólogo e de pastor não podem ser confundidos, pois suas atividades são diferentes.

**Vida privada e conjugalidades. O olhar do homem recasado**

Entrevista com Glaucia Marcondes

**Confira nas Notícias do Dia de 08-05-2008**

A socióloga trata, nesta entrevista, da pesquisa que realizou sobre a vida dos homens recasados e analisa seu papel, como mulher, ao pesquisar a problemática da vida privada sob a ótica do masculino na relação.

“Quando não existe informação, o jornalismo não precisa estar presente”

Entrevista com Carlos Alberto Di Franco

Confira nas Notícias do Dia de 09-05-2008

O professor de ética jornalística refletiu sobre a espetacularização que a mídia tem feito de casos como o da menina Isabella, além de falar sobre onde termina a informação e começa o espetáculo promovido pelos canais de televisão do país, denegrindo a produção jornalística.

**Os casos Isabella e Ronaldo. “A mídia age tendo em vista os apelos da sociedade”**

Entrevista com Diógenes Vicente Hassan Ribeiro

Confira nas Notícias do Dia de 10-05-2008

Polêmico, o doutor em Direito Público defende a ação da mídia em relação aos casos Isabella e Ronaldo e afirma que a sociedade está lidando bem com ambos.

### Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), no dia 07-05-2008

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)



UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista

# Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.  
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU  
([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).

<b>Dia 13-05-2008</b>	
Direitos humanos e democracia no Brasil (Solon Eduardo Annes Viola. São Leopoldo: Unisinos, 2008)	<p style="text-align: right;"><i>Sala de Leitura</i> Apresentação, discussão e sessão de autógrafos Horário: terça-feira, das 17h30min às 19h Local: Sala 1G 119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU</p>
<b>Dia 15-05-2008</b>	
	<p style="text-align: right;">IHU Idéias Notas de trabalho sobre transumanismo e tecnologia molecular Palestrante: Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja (Unisinos) Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G 119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU</p>

VOCÊ JÁ IMAGINOU QUE  
ALGUM DIA FALARÍAMOS EM  
FUTURO PÓS-HUMANO? OU,  
ALGO MAIS SURPREENDENTE,  
QUE HOMENS E MÁQUINAS  
PODERIAM SER UM SÓ:  
HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL **UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS**. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO [WWW.UNISINOS.BR/IHU](http://WWW.UNISINOS.BR/IHU).

## A força dos movimentos sociais na luta por direitos humanos e democracia no Brasil

Para Solon Eduardo Annes Viola, a grande contribuição desses movimentos para a sociedade brasileira tem sido a formação de uma nova cultura que se manifesta em novas formas de organização social e de participação política

POR BRUNA QUADROS

“**O**s movimentos sociais, especialmente aqueles ligados aos direitos humanos, cumpriram um papel primordial na redemocratização política, desde as primeiras resistências ao estado autoritário no combate as violações da privacidade e da cidadania.” A afirmação é do Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola que, recentemente, lançou o livro *Direitos humanos e democracia no Brasil* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008). Desde a Ditadura Militar, os movimentos sociais trazem conquistas para a sociedade, mesmo que estas ainda não sejam suficientes. “Os direitos civis e políticos foram conquistas do movimento social em luta contra o autoritarismo militar. A redemocratização insere-se como uma conquista dos movimentos.” Segundo Viola, este autoritarismo é um dos mitos fundadores de nossa cultura política. “Faz parte da herança colonial e do latifúndio exportador. Reduziu seres humanos a condição de instrumentos de trabalho.”

Solon Eduardo Annes Viola é doutor em História, pela Unisinos, onde, atualmente, é professor de História da Educação e de Direitos Humanos e Democracia na América Latina. Também participa da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, além de ser membro do Comitê Brasileiro de Educação em Direitos Humanos.

**IHU On-Line - No livro *Direitos humanos e democracia no Brasil*, você fala em velhas questões não resolvidas pelo capitalismo. Que questões seriam estas e no que esta “não resolução” implica na sociedade atual?**

**Solon Viola** - No livro *Pelas mãos de Alice*, Boaventura Souza Santos<sup>1</sup> argumenta que o capitalismo construiu promessas que não poderia cumprir. A distribuição de riquezas na sociedade globalizada dá razão ao sociólogo português. Na medida em que não pode, por exemplo, concretizar o pressuposto da igualdade, um dos

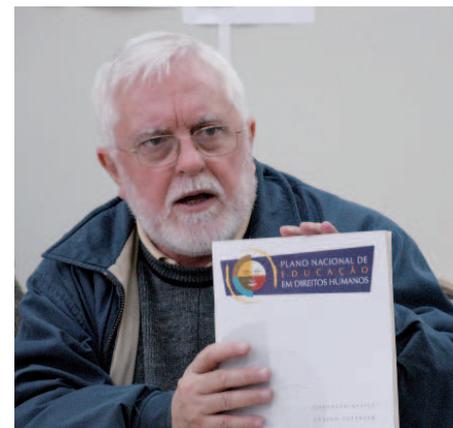
fundamentos dos direitos humanos da modernidade, o capitalismo ampliou a desigualdade, criando concentração de possibilidades e universalizando um quadro de dificuldades que envolve a maioria da população do planeta.

**IHU On-Line - Qual é a importância da atuação dos movimentos sociais para a redemocratização do país? A atual estrutura socioeconômica favorece esta luta?**

**Solon Viola** - Os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados aos direitos humanos, cumpriram um papel primordial na redemocratização política, desde as primeiras resistências ao estado autoritário no combate às

violações da privacidade e da cidadania. Posteriormente, lutaram pela anistia de exilados e perseguidos políticos, em defesa da livre manifestação de pensamento, pelas eleições diretas e pela constituinte soberana. Ao longo do período de abertura política, produziram um universo intenso de lutas contra a carestia, em defesa da reforma agrária e de moradia digna. Estas últimas são questões não resolvidas e se fazem presentes na atual estrutura, mesmo que esta não favoreça a participação mais efetiva dos movimentos sociais.

**IHU On-Line - Por que você acredita que os direitos humanos dependem mais da ação dos movimentos sociais**



Divulgação

1 SANTOS, Boaventura S. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. (4. ed. São Paulo: Cortez, 1997). (Nota do entrevistado)

**“No caso do Brasil, os chamados ‘novos’ movimentos sociais se constituíram no vazio de participação sociopolítica decorrente da intensa repressão exercida contra os setores organizados da população após o golpe de estado e, especialmente, após a decretação do AI-5 em 1968”**

**do que da sua implementação por força da Lei?**

**Solon Viola** - Os direitos civis e políticos foram conquistas do movimento social em luta contra o autoritarismo militar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que completa 60 anos em dezembro, proclama princípios que a Constituição Cidadã incorporou notadamente aqueles que dizem respeito aos direitos sociais e econômicos. No entanto, tais direitos não são efetivados para a maioria da população brasileira. Mesmo que algumas medidas tenham amenizado nossas desigualdades sociais, ela permanece presente e diminui a eficácia de nossos direitos civis e políticos. O reconhecimento pela legislação se mostra, portanto, insuficiente para alterar uma herança de mais de quatro séculos de injustiça. Como no processo de redemocratização, a justiça social deverá ser uma exigência da sociedade como um todo. Talvez como uma forma de alcançar a paz interna.

**IHU On-Line - Qual é a sua visão sobre a crise da democracia e o autoritarismo no Brasil? É possível acreditar que os princípios de igualdade e liberdade, uma das bandeiras dos movimentos sociais, serão conquistados?**

**Solon Viola** - O autoritarismo é um dos mitos fundadores de nossa cultura política. Faz parte da herança colonial e do latifúndio exportador. Reduziu seres humanos a condição de instrumentos de trabalho. Não se reduz à dimensão do Estado, ou mesmo de governo. Está enraizado nas relações sociais e suas práticas de dominação. Elimina a liberdade e impede a igualdade. Os movimentos sociais procuram construir uma

nova cultura orientada para a superação das desigualdades e para a consolidação das liberdades. A redemocratização insere-se como uma conquista dos movimentos. A manutenção da violência, tanto por parte do Estado como no interior da própria sociedade, é um dos tantos limites para a realização dos direitos humanos e da consolidação do processo democrático. Ou, como afirmava Perez Aguirre,<sup>2</sup> os direitos humanos, nas sociedades contemporâneas, terão sempre a dupla função de ser, ao mesmo tempo, crítica e utopia frente à realidade social.

**IHU On-Line - A consolidação dos movimentos sociais tem origem na Ditadura Militar. Como você percebe a evolução destes movimentos, desde então, e o que você destacaria como conquistas para a sociedade? Podemos classificar os movimentos sociais entre novos e velhos? Se sim, qual é o diferencial entre eles?**

**Solon Viola** - Alain Touraine<sup>3</sup> chama de “velhos” os movimentos sociais típicos da segunda metade do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. Foram movimentos organizados pelos trabalhadores industriais que englobaram desde as lutas por direitos sociais e econômicos até modelos distintos de organização social. O mesmo autor chama de “novos” movimentos sociais aqueles nascidos na segunda metade do século passado. Movimentos que se caracterizaram

2 AGUIRRE, Luiz Perez; MOSCA, Juan José. *Direitos humanos*, pauta para uma educação libertadora (Petrópolis: Vozes, 1990). (Nota do entrevistado)

3 Alain Touraine: sociólogo francês, conhecido por ter sido o pai da expressão “sociedade pós-industrial”. (Nota da IHU On-Line)

para além dos clássicos conflitos pelo controle do Estado. Entre eles os movimentos feministas, os movimentos ambientalistas e aqueles relacionados à defesa dos direitos humanos. No caso do Brasil, os chamados “novos” movimentos sociais se constituíram no vazio de participação sociopolítica decorrente da intensa repressão exercida contra os setores organizados da população após o golpe de estado e, especialmente, após a decretação do AI-5 em 1968. A grande contribuição desses movimentos para a sociedade brasileira tem sido a formação de uma nova cultura que se manifesta em novas formas de organização social e de participação política.

**IHU On-Line - Como você avalia a relação da mídia com os movimentos sociais na luta pelos direitos humanos?**

**Solon Viola** - Felizmente, não existe só uma mídia. A chamada grande mídia, os grandes jornais, as principais revistas de circulação nacional e a mídia eletrônica seguem uma linha editorial muito igual. Procuram, permanentemente, criminalizar os movimentos sociais e constroem uma visão preconcebida a respeito dos direitos humanos. O tom de suas coberturas segue uma linha, herdada do período militar, de preconceitos simbolizados na antiga expressão de que os direitos humanos servem para defender bandidos. No templo da ditadura, a acusação era de defesa de subversivos e terroristas. Se, por outro lado, analisarmos mídias alternativas veremos uma outra leitura dos direitos humanos, aquela que diz respeito a sua divulgação e aquela que se coloca, de forma efetiva, em sua defesa.

**LEIA MAIS...**

Confira outras entrevistas concedidas por Alain Touraine. Acesse nossa página eletrônica: [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

**Entrevistas:**

- \* “Se Lula não for reeleito, não sei o que pode acontecer”, de 29-09-2006
- \* A sociedade multicultural. “Eis como morrem os nossos valores universais”, de 25-02-2008
- \* “As mulheres estão gerando uma nova cultura”, de 09-03-2008

## Transumanismo e tecnologia molecular

POR CELSO CANDIDO DE AZAMBUJA

O Simpósio Internacional *Uma sociedade pós-humana? – Possibilidades e limites das nanotecnologias* nos desafia e permite refletir sobre um tema que certamente ocupará a agenda política e intelectual do século XXI. O tema é extremamente complexo e relativamente novo na filosofia acadêmica e também na sociedade civil em geral. A literatura sobre os dois termos principais desta discussão – pós-humano e nanotecnologia – no Brasil é ainda bastante escassa.

Em todo caso, estamos no terreno do admirável, e isto nos remete desde logo ao plano da filosofia. E a filosofia é domínio da especulação lógico-racional que, quando se coloca um problema, “não se detém diante de nada”, abrindo-se para uma discussão interminável. Imediatamente, ela abre questões de toda sorte. Quais são as implicações éticas e políticas das nanotecnologias? Que humano é este que agora se pretende chamar pós-humano? Que tipo de ciência é esta a Nanociência e quais são seus pressupostos epistemológicos?

Mas tão logo acerca-se da complexidade destas questões a filosofia se dá conta de que somente em uma perspectiva que envolva outras ciências poderá tentar esclarecer e responder às questões implicadas neste debate espantoso! Deixaremos de ser humanos para ser pós-humanos? Mas de que se trata afinal este pós-humano? E de que humano mesmo estamos falando? E nanotecnologia? De que se trata exatamente, se nem mesmo ainda temos certeza que conseguimos responder ao que entendemos por tecnologia?

Assim, se a filosofia pode nos ajudar a refletir sobre e elaborar os conceitos e fundamentos do transumanismo e da nanotecnologia, certamente, ela terá que se apoiar e se articular com outras áreas do conhecimen-

to para compreender a complexidade dos problemas em questão, o que só pode ser feito na perspectiva de um pensamento transdisciplinar.

A filosofia é tradicionalmente reconhecida como uma ciência que tem suas origens na Grécia Antiga. Ao menos, o certo é que ali um grande cultivo da filosofia floresceu de modo singular e único. A filosofia – a ciência das ciências, na medida em que todas as disciplinas, áreas de conhecimento, mesmo aquelas que os mais geniais gregos não teriam pensando de certa forma, direta ou indiretamente – está na base, orienta a evolução e a tradição das demais ciências.

A pergunta a partir da qual nasce aquilo que ainda hoje chamamos de filosofia não era pouco ambiciosa. Tratava-se de perguntar sobre o princípio de tudo aquilo que existe. Qual seria, portanto, a *arké* da *physis*? Existe um princípio, uma causa essencial de todo o existente? Qual a essência do cosmos? De que são feitas todas as coisas?

Entre as respostas, a tradição reconhece em Leucipo e seu discípulo Demócrito, filósofos de Abdera, aqueles que postularam como o princípio de todas as coisas, aquilo sem o qual nada e nenhuma coisa existiria era precisamente o átomo. A unidade última indivisível. Átomo, em grego, significa *sem divisão*. Pois, diria Demócrito, o que poderia existir se tudo fosse divisível até o fim?

Mas logo a filosofia grega se coloca uma outra grande questão: *quem é o homem?* Esta nova questão, cujo movimento tem suas origens na filosofia de Sócrates e dos chamados sofistas, na medida em que situa no centro das questões filosóficas mais importantes o *anthropos*. “O humano é a medida de todas as coisas” – dizia o honorável sofista Protágoras –, que teria implicações

**“A história da civilização  
humana está  
inextrincavelmente associada  
ao desenvolvimento  
tecnológico. Diria-se que,  
a cada passo da tecnologia,  
acontece um passo da  
civilização”**

éticas, políticas e epistemológicas consideráveis. “Conhece-te a ti mesmo!” – insistia Sócrates ainda na sua autodefesa ante o tribunal civil que iria fazê-lo tomar a cicuta – foi uma das máximas filosóficas e religiosas mais importantes e cultivadas no mundo grego antigo.

“Nano”, que em grego originalmente significa “anão”, trata-se de uma dimensão invisível ao olho, mas que, no entanto, está no princípio de tudo o que existe. Desde a perspectiva grega pelo menos até o século XX, a ciência tratou de reconhecer, primeiro, a necessidade de existência do mundo atômico, depois, a de decifrar os segredos destas mínimas partículas da vida. Atualmente, a ciência, através da nanotecnologia, ocupa-se em manipular e criar novas formas. Tratou-se sempre de desvendar os mistérios da natureza, hoje trata-se também de alterar, interferir e criar formas de vida. Uma mudança tão radical cujas consequências mal estamos começando a perceber.

Assim como o *trans*, de transdisciplinaridade, o do *transumano*, remete à idéia do ir além, do estar entre, do articular, do transcender, do transitar... humano. O conceito de transumanismo aqui evocado filia-se explicitamente à venerável tradição iluminista e humanista greco-ocidental, em especial àquela que emerge no contexto do renascimento e suas utopias e que, em linhas transversais, se estende por toda a modernidade, atravessando, entre outros, os ideais de esclarecimento e autonomia, os ideais coletivistas e liberais, situando-se nos grandes princípios de igualdade e liberdade da modernidade europeia e americana e nos ideais, ditos pós-modernos ou hipermodernos, de respeito e cultivo da diferença e preservação ambiental.

A história da civilização humana está inextrincavelmente associada ao desenvolvimento tecnológico. Diria-se que, a cada passo da tecnologia, acontece um passo da civilização. Nem sempre, é claro, as inovações tecnológicas fazem avançar o conjunto da civilização, muitas vezes aumentando as contradições e injustiças sociais; e mesmo é preciso considerar que algumas técnicas são explicitamente, outras im-

perceptível e inconscientemente destrutivas. Não há dúvidas de que a civilização é também permeada pela barbárie. Em todo caso, em um e outro caso, o saber técnico é a expressão clara da condição humana e de sua vontade de domínio e expansão. As tecnologias, para o bem e para o mal, não são senão extensões das habilidades e faculdades humanas.

A nanotecnologia molecular diz respeito à manipulação das dimensões mais elementares da vida, tais como os átomos e as

moléculas. Trata-se de inventar, a partir de um engenhieramento destas partículas invisíveis ao olho humano – mas que estão atuando o tempo todo em toda a natureza – de máquinas e técnicas moleculares, cujas finalidades podem ser mais diversas, desde a recriação artificial de formas já existentes na natureza até aquelas formas ainda não existentes. Isto afetará o conjunto de todas as relações humanas, econômicas, sociais e políticas. Mas afetará também em uma nova dimensão a própria condição humana.

O transumano refere-se a uma humanidade turbinada, a uma nova e espantosa forma do humano em simbiose com suas próprias criações tecnológicas. Na tensão de todas as suas contradições mais ou menos dramáticas, o transumano ou pós-humano não significa, portanto, uma superação da humanidade, mas um reconhecimento de que a natureza humana consiste na sua transformação incessante, na recriação de si e do meio ambiente. Revela-se aqui, sobretudo, um conceito de natureza humana cuja determinação essencial consiste em criar novas formas, novos *eidós* e novos artifícios para perpetuação e afirmação de si, aperfeiçoamento da espécie e superação de seus limites biológicos.

O transumanismo seria, assim, o novo humanismo contemporâneo que desvela para o humano sua natureza essencialmente criadora.

\* Celso Candido de Azambuja é mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, é coordenador do curso de Filosofia da Unisinos.

## O lugar da Teologia Pública na construção de uma sociedade mais justa e igualitária

Faculdades EST – Escola Superior de Teologia e Instituto Humanitas Unisinos – IHU realizam Simpósio Internacional sobre Teologia Pública na América Latina

POR BRUNA QUADROS

Explorar o conceito e as implicações de uma Teologia Pública na América Latina, ao mesmo tempo global e contextualizada: este é o objetivo do Simpósio Internacional sobre Teologia Pública na América Latina. O evento, realizado pelas Faculdades EST – Escola Superior de Teologia, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, será realizado de 04 a 07 de julho, na sede das Faculdades EST. O Simpósio irá reunir professores, pesquisadores, estudantes de teologia, filosofia, ciências sociais, além de militantes da sociedade civil e lideranças em geral, visando a aprofundar o debate sobre o lugar da teologia na busca de um mundo mais solidário e justo.

Não somente na América Latina, mas em diferentes partes do mundo, estudiosos da área da Teologia Pública, cuja origem é a Teologia da Libertação, se mostram cada vez mais interessados em pensar a participação política e a cidadania, à luz de valores éticos e humanizantes. Estes esforços apontam para a consolidação da relação entre a cidadania e a fé, na tentativa de fazer da teologia uma área necessariamente pública, na qual haja interação entre a sociedade e a universidade. Teologia pública: uma perspectiva global, Teologia e Cultura, Teologia e Universidade e Teologia e Sociedade são os temas que serão abordados nas conferências do Simpósio.

Entre os palestrantes que representam a docência da Unisinos no Simpósio, estão o coordenador do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Prof. Dr. Inácio Neutzling, e a Profa. MS Ana Formoso, além do reitor da universidade, Prof. Dr. Marcelo Fernandes de Aquino. Nomes nacionais e internacionais, como a Profa. Dra. Catalina Romero, da Universidade Católica de Lima, no Peru, e o Prof. Dr. Érico João Hammes, da PUC-RS, também participarão do evento.

As inscrições para o Simpósio estão abertas e podem ser realizadas até o dia 30 de maio através do site da EST, no qual também está disponível a programação completa do evento. Para saber mais, acesse: [www.est.edu.br](http://www.est.edu.br).

## O capitalismo visto pelo cinema: *Como era verde meu vale*



Para dar seguimento ao ciclo de debates que integram o evento O capitalismo visto pelo cinema, o Centro de Apoio e o Centro de Apoio e Pesquisa aos Trabalhadores (CEPAT) vai exibir o filme *Como era verde meu vale*. A exibição da obra, cujo título original é “How green was my valley”, dirigida por John Ford, será no dia 17 de maio, no Sindicato dos Engenheiros - SENGE/PR, das 08h30min às 12h30min. A partir do filme, serão estabelecidas relações entre o atual modelo de sociedade e a ordem mercantil.

Identificar os códigos usados em cada um dos filmes que serão exibidos, estabelecendo uma relação à compreensão científica do capitalismo, e relacionar o desenvolvimento do capitalismo com as atuais formas de organização econômica e social são os objetivos do evento, realizado em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A atividade tem entrada gratuita.

### Curiosidade

O filme conta a história da família Morgan em um pequeno vale de mineiros de carvão, e como o pai deles quer que seus filhos tenham uma vida melhor com menos exploração do trabalho. Vencedor do Oscar de melhor filme, *Como era verde meu vale* desbancou o clássico *Cidadão Kane*, em 1941, quando a Academia preferiu premiar um trabalho mais “seguro” e otimista, em plena Guerra Mundial.

## IHU Repórter

## Anna Carolina Regner

POR BRUNA QUADROS E GRAZIELA WOLFART

**C**oragem, força, dedicação e determinação. Estas palavras podem expressar a personalidade de Anna Carolina Regner, professora no PPG em Filosofia da Unisinos. Aos 19 anos, ela conheceu pela primeira vez o sentido da maternidade. Nem por isso desistiu dos seus objetivos. Mãe de três filhos, Anna Carolina passou um período na Califórnia para cursar o doutorado. Mesmo assim, soube dar muito carinho e amor aos filhos e se dedicar aos estudos. Estudiosa da Teoria de Darwin, ela afirma que não vê nada de muito especial nos seres humanos. “Vejo o ser humano como os outros seres vivos.” Em entrevista à revista IHU On-Line, Anna Carolina contou aspectos marcantes de sua trajetória de vida, todos eles lembrados com orgulho, por ter ultrapassado todas as pedras que surgiram em seu caminho. Confira a entrevista:

**Origens** - Nasci em Porto Alegre. O meu pai, Joaquim de Araújo Pereira Netto, era professor universitário e engenheiro agrônomo. Foi uma pessoa muito idealista. Na época, idealizou e construiu canais de irrigação para plantio de arroz que, então, eram os maiores da América Latina, pelo menos em termos de iniciativa privada, que foram constituídos como parcerias agrícolas entre parceiros plantadores e irrigadores. Minha mãe, Yedda, foi professora de História durante muitos anos no Instituto de Educação de Porto Alegre, onde se aposentou. Tenho apenas um irmão, mais novo que eu, Alfredo Oscar.

**Casamento** - Casei muito cedo. No dia 25 de abril, fez 44 anos que eu e meu marido, Lúcio Ignácio Regner, nos conhecemos. Foi no Clube Jangadeiros, em Porto Alegre. Desde então, estamos juntos. Ele é engenheiro e se aposentou como professor do Instituto de Matemática da UFRGS. Nos conhecemos e, logo em seguida, resolvemos casar. Fiz o estágio da escola normal já casada.

**Maternidade** - Toda a minha formação pré-universitária foi no Instituto de Educação, em Porto Alegre. Aos 19 anos, tive uma filha, a Luciana, que hoje é médica psiquiatra. Quando ela foi para o jardim de infância, eu ingressei na universidade, no curso de Filosofia da UFRGS. Depois, tive a Andréia, que também é médica e fez o doutorado em Bioquímica, aplicado em Medicina. Meu filho mais novo chama-se Lúcio, é publicitário e mora em São Paulo. Sempre fiquei sabendo das minhas gravidezes lá adiante. Eu soube da vinda de Luciana quando já estava grávida de quatro meses. A diferença entre ela e a Andréia, de quem eu soube que estava grávida no quinto mês de gestação, é de 5 anos. A diferença entre o mais novo e a mais velha é de 12 anos. Soube da última gravidez já aos sete meses de gestação, logo depois de ter sido aceita para um programa de doutorado na Universidade da Califórnia. Eu quis desistir, mas meu marido me incentivou. Ele ia conseguir uma bolsa de estudos também, mas não pôde deixar os compromissos aqui.



**Vivência no exterior** - Fui com o meu filho e uma moça para ajudar a cuidá-lo. No final do ano, meu marido levou as duas filhas. Foi um tempo muito difícil, porque ele precisava se deslocar muito. Num período de três anos e meio foram onze viagens. As filhas, que já eram grandinhas, sentiam muita falta do pai. Mas eu não ficaria lá sem meus filhos. Senti um problema de identidade, porque não estava lá nem cá, e estava impedindo meus filhos de estarem na companhia do pai. Mas o saldo foi interessante. Eu tive o privilégio de estudar com uma pessoa a quem eu aprendi a respeitar muito, Paul Feyerabend, autor do livro *Contra o método*. Para meus filhos, foi um aprendizado muito grande, de cultura e de vida.

**Formação e experiências** - Por força das circunstâncias, fui amadurecendo mais rápido. Enquanto as minhas amigas ainda estavam no embalo dos Rolling Stones, eu já estava com uma filha no colo. Quando a minha segunda filha nasceu, eu ainda estava na graduação, terminando o curso. Para ler uma edição da *Crítica da razão pura*, de Kant, eu a colocava